

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO



MAYARA MENEZES DE BRITO

A LOCAÇÃO DE RECURSOS NA AREA DA SAUDE EM ESTADO DE CALAMIDADE PÚBLICA: UM ESTUDO DE CASO SOBRE OS GASTOS RELACIONADOS A COVID-19 NO MUNICÍPIO DE NITERÓI

RIO DE JANEIRO

2021

MAYARA MENEZES DE BRITO

A LOCAÇÃO DE RECURSOS NA AREA DA SAUDE EM ESTADO DE CALAMIDADE PÚBLICA: UM ESTUDO DE CASO SOBRE OS GASTOS RELACIONADOS A COVID-19 NO MUNICÍPIO DE NITERÓI

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à FACC – Faculdade de Administração e Ciências Contábeis como parte dos requisitos para a Conclusão do Curso de Bacharel em Ciências Contábeis, sob a orientação da Professora Marcia Revoredo.

COMISSÃO AVALIADORA

Márcia Maria Oliveira Revoredo – Orientadora – FACC/UFRJ

Luiz Antônio Ochsendorf Leal – FACC/UFRJ

Mônica Visconti de Melo – FACC/UFRJ

RIO DE JANEIRO

2021

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus por mais essa conquista, pois sem a sabedoria e orientação divina eu não teria alcançado essa vitória.

Agradeço aos meus pais Leopoldo Gonçalves e Vanda Guerreiro que sempre me incentivaram a crescer, mesmo com todas as dificuldades o esforço investido em minha educação e o apoio ao longo de toda minha trajetória, foram fundamentais na minha vida.

Agradeço ao meu irmão mais novo Israel Brito, por sempre me motivar a crescer. E agradeço ao meu irmão mais velho Názaro Brito, Ex. aluno da UFRJ, por todo o apoio e todas as “broncas”, pois foram essências para meu sucesso.

Agradeço ao meu marido e melhor amigo, Luiz Arthur Rodrigues, por todo carinho, apoio e incentivo de não desistir dos meus sonhos, por toda paciência durante os momentos de estresse, e por está ao meu lado sempre acreditando mais em mim do que eu mesma.

Aos amigos da FACC, que estarei levando para vida, o meu muito obrigada pelo apoio de sempre, vocês são incríveis.

A UFRJ e todos os professores que sempre proporcionaram um ensino de melhor qualidade.

E finalmente, a melhor orientadora, Márcia Revoredo, o meu muito obrigada, por toda sua sabedoria para me orientar e me direcionar, e enfim conquistar meu tão sonhado diploma.

RESUMO

O Presente estudo tem como objetivo, aferir e abordar a evolução das aplicações dos recursos públicos por meio dos indicadores de “Desempenho Gerais”, aplicados nos movimentos orçamentários nos períodos letivos dos anos de 2019 e 2020 e seus respectivos demonstrativos contábeis, ou seja, seus balanços, em especial e inclusive do município de Niterói localizado na cidade do Rio de Janeiro. Essas métricas citadas quantificaram a performance dos processos executados pela prefeitura deste município afim de, garantir que os objetivos desenhados pelas organizações competentes tenham dirimido e alcançados, mediante a distribuição dos recursos e alocação com foco na área da saúde. Traçando este modelo de abordagem quantitativa e qualitativa, houve-se a necessidade de trazer diversos autores com diferentes opiniões e questões no que se diz respeito a contabilidade pública e assuntos pertinentes a gestão administrativa governamental. Uma vez, avaliado esses princípios e posteriormente utilizando-se uma análise comparativa entre os 2 anos de gestão pública, será possível definir se os recursos aplicados na área da saúde e geridos pelo governo estão de acordo com as necessidades da população local, diante do cenário atual pandêmico o qual se encontra.

Palavras – Chave: (Desempenho), (Recursos públicos), (Saúde).

ABSTRACT

This study aims to measure and address the evolution of the applications of public resources through the "General Performance" indicators, applied in budget movements in the academic periods of 2019 and 2020 and their respective accounting statements, that is, their balance sheets, especially and including the municipality of Niterói located in the city of Rio de Janeiro. These mentioned metrics quantified the performance of the processes executed by the city hall in order to guarantee that the objectives set by the competent entities have been achieved, through the distribution of resources and allocation with a focus on the health area. Outlining this model of quantitative and qualitative approach, there was a need to bring several authors with different opinions and issues with regard to public accounting and matters pertaining to government administrative management. Once these principles are evaluated and later using a comparative analysis between the 2 years of public management, it will be possible to define whether the resources applied in the health area and managed by the government are in accordance with the needs of the local population, given the scenario current pandemic that it is.

Words – Key: (Performance), (Public resources), (Health).

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ARCGIS - Geographic Information System (Sistema de Informação Geográfica)

CFM - Conselho Federal de Medicina

CNN - Cable News Network (Rede de Notícias a Cabo)

COVID-19 - Corona Vírus Disease - 2019

DRE - Demonstração de Resultado do Exercício

OMS - Organização Mundial de Saúde

SARS - Severe Acute Respiratory Syndrome (Síndrome Respiratória Aguda Severa)

SIGeo - Sistema de Gestão da Geoinformação

SUS - Sistema Único de Saúde

SUMÁRIO

1 - INTRODUÇÃO	9
1.1 - TEMA – PROBLEMA	14
1.2 - OBJETIVOS	16
1.2.1 - Objetivo Geral	16
1.2.2 - Objetivos Específicos	16
1.3 - METODOLOGIA	19
2 - FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	22
2.1 - Impactos da Pandemia	22
Figura 1:	24
Figura 2:	27
2.2 - Recursos públicos	28
2.3 - Indicadores de desempenho	29
2.3.1 - Indicador de produtividade	30
2.3.2 - Indicador de eficiência	31
2.3.3 – Indicador de eficácia	32
2.3.4 – Indicador de qualidade	32
2.4 - Balanço orçamentário	33
2.5 - Contabilidade pública	34
2.6 - Transparência na administração pública	36
2.7 - A análise das demonstrações contábeis	38
2.8 - As demonstrações contábeis reestruturadas para análise	38
2.8.1 - Os objetivos básicos da reestruturação são:	39
3 - Análise vertical	39
4 - Análise horizontal	40
4.2 - Relatório base 2018	41

4.3 - Relatório base 2019	42
4.4 - Relatório base 2020	43
5 - ANÁLISE DOS RELATÓRIOS	44
Figura 3:.....	46
5.1 - Relatório Execução Orçamentária 2018	47
5.2 - Relatório Execução Orçamentária 2019	48
5.3 - Relatório Execução Orçamentária 2020	49
5.4 - Relatório das Receitas de Impostos e Despesas com Saúde 2018..	50
5.5 - Relatório das Receitas de Impostos e Despesas com Saúde 2019..	52
5.6 - Relatório das Receitas de Impostos e Despesas com Saúde 2020..	54
Tabela 1: Resumo dos dados obtidos nos relatórios.....	55
Figura 4:.....	55
6 – Análise 2: Gastos com a saúde.....	56
7 – CONCLUSÃO	57
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	59
OUTRAS REFERENCIAS:.....	62

1 - INTRODUÇÃO

A COVID-19 é uma doença infecciosa causada pelo novo coronavírus (SARS-CoV-2) e tem como principais sintomas febre, cansaço e tosse seca. Devido alguns estudos posteriores, foi apresentado que determinados pacientes poderiam apresentar outros tipos de sintomas como: dores, congestão nasal, dor de cabeça, conjuntivite, dor de garganta, diarreia, perda de paladar ou olfato, erupção cutânea na pele ou descoloração dos dedos das mãos ou dos pés. Esses sintomas geralmente são leves e começam gradualmente. Algumas pessoas são infectadas, mas apresentam apenas sintomas muito leves.

Segundo site da Organização Mundial de Saúde, (OMS), a maioria das pessoas (cerca de 80%) se recupera da doença sem precisar de tratamento hospitalar. Uma em cada seis pessoas infectadas por COVID-19 fica gravemente doente e desenvolve dificuldade de respirar. As pessoas idosas e as que têm outras condições de saúde como pressão alta, problemas cardíacos e do pulmão, diabetes ou câncer, têm maior risco de ficarem gravemente doentes. No entanto, qualquer pessoa pode pegar a COVID-19 e ficar gravemente doente.

A contar do ano de 2020 alguns recursos foram aplicados para que o vírus não se propagasse, infectando a maior parte da população. Muitos países adotaram medidas restritivas e alocações nas áreas de saúde, inclusive com a construção de hospitais de campanhas e a convocação de médicos e enfermeiros que vieram inclusive de outros países como Cuba, no intuito de auxiliar o tratamento da doença.

Nos dias atuais, é quase normal identificar diversos fatores que desqualificam ou desmerecem a “gestão pública” ou popularmente conhecida como “administração pública”, bem como, sua aplicação e os órgãos que estão envolvidos na atuação dos mesmos.

Os resultados obtidos através dos estudos e diante desse cenário cauteloso e que para muitos poderia ser considerado como uma ineficiente gestão, causa danos a sociedade como um todo, principalmente nos lares das famílias mais pobres que em sua maioria são a realidade do nosso país.

O cidadão de bem e honesto, exige dos seus representantes cada vez mais um comportamento transparente e ético, exige uma transparência por parte dos gestores do governo, em seus atos e da boa conciliação das contas, desejando, para onde estão sendo aplicados e a utilizados os recursos adquiridos e qual o resultado demonstrado pelos órgãos públicos para com seus cidadãos.

Conforme Singer (2011, p.108) define ética como um “conjunto de regras, princípios ou maneiras de pensar que guiam, ou chamam a si a autoridade de guiar, as ações de um grupo em particular (moralidade), ou é o estudo sistemático da argumentação sobre como nós devemos agir (filosofia moral)”.

A ética e a honestidade, igualmente se encontram as entidades públicas com uma história de má distribuição e gestão dos recursos públicos, essa é uma prática, cada dia mais comum, mais em virtude da conscientização dos profissionais de seletivas administrações, ficam sem uso, conduzindo esses setores para uma gestão limpa e sem desvio dos recursos aplicados a área financeira.

A palavra ética no que diz respeito a administração pública, pode estar ligada com uma conduta dos profissionais que ocupam seus cargos, sendo que esses mesmos profissionais devem agir conforme as normas denominadas éticas, demonstrando seus valores morais em conformidade com os interesses da sociedade. Estas atividades não podem ser diferentes das finalidades dos órgãos na administração pública, que por sua vez, estão submetidas às leis constitucionais.

Conforme Matias Pereira, (2010, p.109) toda essa conformidade de normas, objetiva uma conduta ética e moral por parte de todos os agentes públicos que servem ao Estado.

Para Martins, (2000, p.106) o Estado deve existir para atender as demandas da sociedade, e não que seus agentes se utilizem dele para benefícios próprios, já que hoje a sociedade está intensificando a cobrança da ética dentro da administração pública.

Amorim, (2000, p.96) diz que os casos de corrupção dentro do serviço público representam falta de caráter de alguns funcionários que não trabalham de forma ética.

Ao longo do que pode ser visto nas últimas décadas, a gestão do controle de custos das empresas relacionadas com a saúde foi colocada como fator principal quando se pensa na gestão hospitalar. Entretanto, pode ser detectado que esse foi um erro terrível no que se trata da gestão de serviço, pois acabou falindo as instituições, que entraram em colapso financeiro devido à redução de custos, que acarretou a queda na qualidade e, assim, com a perda de público, os hospitais acabaram por ficarem sem verba (Silva *et al.*, 2018, p.40).

Sendo assim, aqui neste projeto de pesquisa será apresentado como funciona a gestão de serviços e quais as oportunidades de melhoria poderiam ser obtidas nessa área, por meio de uma pesquisa de revisão teórica com alguns autores renomados sobre o assunto. O cuidado e a gestão de serviços pode ser definida como a administração de serviços para o público de modo geral, que por sua vez, podem ser forma variada.

“[...] os serviços podem ser definidos como: um ato ou desempenho oferecido por uma parte à outra. Embora o processo possa estar ligado a um produto físico, o desempenho é essencialmente intangível e normalmente não resulta em propriedade de nenhum dos fatores de produção. São atividades econômicas que criam valor e fornecem benefícios para clientes em tempos e lugares específicos, como decorrência da realização de uma mudança desejada pelo destinatário do serviço [...]” (Lovelock & Wright, 2003, p.8)

Dessa maneira, pode-se perceber que administrar esse serviço é o que define a gestão de serviços e que pode ser concreto, como serviços físicos, ou serviços mais subjetivos como tratar da saúde, como estudo, etc.

A *American Marketing Association* (1960, cit. por Gronroos, 2003, p.36) define serviços como “atividades, benefícios ou satisfações que são colocados à venda ou proporcionados em conexão com a venda de bens.” Ainda segundo Silva, (2018, p. 44) dessa maneira, as satisfações envolvidas nos serviços principais também entrariam nessa definição global de serviços, fazendo parte, de forma tão importante quanto, da definição dos mesmos.

Com o embasamento legislativo a Constituição Federal de 1988, diz que a educação, a saúde, segurança e a moradia, são direitos sociais de todos os cidadãos.

Ao longo do tempo, os direitos adquiridos pela população, tornaram-se direitos constitucionais, estabelecidos, possivelmente através de uma alocação eficiente de recursos públicos dividindo por ordem de necessidade à cada setor contido na administração pública. A má gestão da distribuição e aplicação desses recursos públicos, recaem direta e indiretamente nas desigualdades e no subdesenvolvimento social e econômico das regiões e, conseqüentemente, vai refletir na qualidade de vida da população como um todo. Hoje, o cidadão tem se preocupado em tomar o devido conhecimento da boa administração dos recursos públicos, e passou a assumir uma atitude mais participativa na cobrança dos seus direitos e na participação dos seus governantes eleitos.

Conforme Matos e Pinto (2013, p.479-493) a gestão pública representa um conjunto de funções que se destinam a prática da boa administração, com o propósito de contribuir com os interesses da sociedade e que estes sejam alcançados de forma eficiente. Com base no autor, podemos interpretar que as atividades desempenhadas tanto pelos indivíduos, tanto pelas entidades ou pelos órgãos, devem haver uma finalidade comum de transparência em busca de atingir o ganho de resultados sem infringir a lei, mantendo os valores e a ética social.

Além, dos investimentos em aprimoramento do trabalho exercido pelos agentes públicos, a Administração Pública passou a instituir códigos de ética para se certificar de que seus agentes estejam atuando de maneira correta. Dessa forma, pode-se cobrar um comportamento que condiz com a moral na administração pública o que torna mais eficaz e ainda facilita o trabalho de gestão.

Muito importante é compreender o funcionamento da “máquina estatal”, o direito administrativo será capaz contribuir para uma análise de modo geral do Estado enquanto sistema jurídico, que contém as normas e princípios legais, configurariam o próprio Estado de Direito em si.

Assim, com o controle sobre a sociedade e suas atividades privadas, o Estado passa a ser objeto de poder cobiçado pelas autoridades governamentais. A sociedade, e o cidadão por sua vez, com sua parcela mais independente e preocupada com o interesse comum e social, possui os meios de produção de capital, passa o controle de direção ao Estado, muitas vezes de maneira impensada.

Conforme Lima (2007, p.67) abranger e compreender a administração pública mostra-se efetiva por seus efeitos relacionarem-se com a vida de todos os cidadãos.

Ainda segundo o conceito de Moraes:

“[...] Dentro do conceito da Administração Pública, têm-se como atividades essenciais aquelas realizadas pelo executivo, como administrar todos os bens, de forma que possam satisfazer as necessidades da população de maneira permanente ou/e imediata. Essa atribuição tem de ser submetida dentro das normas jurídicas, portanto, a atribuição se concretiza mediante a realização dos atos administrativos [...]”

(MORAES, 2004, p.689).

Segundo Soares et al., (2011, p.1425-1443) a gestão pública municipal na exigência de executora das políticas públicas locais, que demandam a grande parte da imediação com a sociedade, torna-se cumpridor pela arrecadação de tributos os quais devem ser devolvidos à população através da garantia de bens e serviços públicos, e igualmente acatar aos interesses da comunidade como um todo.

É através da influência da prática da boa administração que se pode comprovar a sua eficiência e eficácia na gestão dos recursos. A responsabilidade da auditoria governamental embasa-se nos registros e seus demonstrativos produzidos através da contabilidade pública. No entendimento da sua finalidade, a contabilidade se baseia em técnicas financeiras como por exemplo: a análise de balanços, uma ferramenta utilizada por muitas empresas para a tomada de decisões, uma vez que o foco desta análise é apontar as movimentações e as obrigações da organização.

1.1 - TEMA – PROBLEMA

A Contabilidade é uma importante ferramenta da gestão pública, através dela pode-se apresentar informações para quem tenha o interesse em saber onde os recursos estão sendo aplicados e de que maneira eles podem ser utilizados para investimentos futuros. Onde os valores dos impostos estão sendo aplicados e como podem ser realocados caso seja necessário.

De acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei complementar 101 de 04 de maio de 2000), os dados devem estar disponíveis no ambiente virtual de toda a Prefeitura a fim de comprovar a legitimidade dos gastos e demonstrar a evolução das despesas, dívidas e dos investimentos.

Segundo Kohama (2008, p. 25), a Contabilidade é “uma técnica capaz de produzir com oportunidade e fidedignidade, relatórios que sirvam à administração no processo de tomada de decisões e de controle de seus atos, demonstrando, por fim, os efeitos produzidos por esses atos de gestão no patrimônio da entidade”.

A Contabilidade Pública no Brasil é regida, pela Constituição Federal de 1988, pela Lei n.º 4.320/1964, que dispõe sobre normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle de orçamentos e balanços, e pela Lei Complementar n.º 101/2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal.

A pandemia, causada pelo vírus denominado de Covid-19 ou no seu termo científico SARS-CoV-2 ou ainda popularmente chamada de Coronavírus, produziu uma série de eventos pelo mundo, como: impactos, sociais, econômicos, políticos e culturais. A estimativa de infectados e mortos por este vírus está diretamente ligado com o até então ineficiente sistema de saúde, que não estava preparado para suportar tamanha contaminação de forma tão agressiva e rápida. A exposição da população, das pessoas mais vulneráveis, a crise econômica do sistema financeiro, o temor pelo risco de adoecimento e morte, além da dificuldade de acesso a bens essenciais como alimentação, medicamentos, transporte, entre outros. Levanta uma série de dúvidas e questionamentos a respeito da contenção deste vírus e quais as medidas estão sendo aplicadas e analisadas pelo grupo governamental e científico.

De que maneira os recursos públicos estão sendo alocados em vista a necessidade municipal? Sabe-se que muitas perguntas são levantadas, ainda mais quando não se tem de fato uma definição sobre o fim deste episódio epidêmico o qual nos encontramos, mas, a fim de demonstrar os possíveis impactos da evolução dos gastos diante deste cenário, optou-se pela análise dos gastos do município de Niterói – RJ, a fim de responder a seguinte problemática:

A evolução do comportamento dos gastos municipais demonstra que houve ampliação dos gastos com a saúde pública ou outras ações associadas com o enfrentamento da pandemia em detrimento da realização de gastos de outras naturezas?

1.2 - OBJETIVOS

1.2.1 - Objetivo Geral

- Analisar a aplicação de recursos públicos por meio da utilização de Indicadores de Desempenho Gerais aplicados no Balanço Orçamentário do município de Niterói-RJ, no período de 2019 e 2020 diante do impacto sofrido no período de pandemia mundial.

1.2.2 - Objetivos Específicos

- Analisar os relatórios de Despesa e Receita do município fazendo um comparativo dos anos citados;
- Descrever os principais indicadores gerais de desempenho orçamentário do município, tais como: eficácia, qualidade, produtividade, etc. Incluindo o comportamento dos Indicadores de Desempenho Gerais no que diz respeito a sua evolução positiva ou negativa orçamentária;
- Identificar a evolução dos gastos com saúde na Prefeitura de Niterói no período de 2018 a 2020, durante a pandemia Covid-19.

O tema escolhido assim como o desenvolvimento do projeto, surgiu da necessidade de demonstrar a aplicação dos recursos públicos, analisando os indicadores de desempenho diante do cenário pandêmico vivenciado pela população mundial dentre os períodos de 2019 e 2020. No entanto devido a vasta extensão do tema proposto escolheu-se o município de Niterói-RJ como exemplo, afim de demonstrar a proposta da pesquisa.

Casagrande (2011) abordou em seu trabalho a influência dos indicadores de desempenho no resultado operacional de uma organização, com intuito de apoiar o planejamento orçamentário.

Recursos públicos são arrecadados através do sistema tributário que cobra impostos, taxas e contribuições. Quando se fala em um sistema tributário igualmente justo deve se levar em conta a distribuição de recursos e o seguimento dos princípios éticos, em outras palavras, é aplicar igualmente os recursos adquiridos dentre os cidadãos e garantir que eles tenham seus direitos cumpridos.

É necessário que o Estado seja uma entidade bem estruturada, com pessoal qualificado, que sigam uma linha de pensamento imparcial, além de uma especificação técnica, que seja capaz de movimentar os investimentos em equipamentos tecnológicos, estabelecendo regras e legislações que possam facilitar e garantir o modo de vida e bem-estar da população com um todo. O estado deve ainda possuir uma legislação que seja capaz de evitar que grandes riquezas e as maiores rendas possam estar direcionadas há apenas um grupo específico de pessoas e que seus recursos saiam do país ilegalmente com o objetivo sonegar impostos ou diminuir seu dever como cidadão além do seu poder de contribuição.

Conforme Mendes, Oleiro e Quintana (2008 p.37), demonstraram o importante papel social desempenhado pela Contabilidade e pela Auditoria Governamental no âmbito da nova gestão pública.

Diante do cenário, a importância deste projeto para ampliar o conhecimento em relação ao tema tem um papel fundamental para ampliar o conhecimento do leitor, no entanto, após a pesquisa bibliográfica constatou-se que não há uma quantidade de pesquisas relacionadas ao tema que apresente a correlação entre a demonstração de evolução dos gastos municipais e os possíveis impactos que

podem ser ocasionados por uma pandemia, gerando, assim, falta de informações para complemento de dados analíticos no balanço orçamentário do município analisado. Sendo apresentado somente os dados disponibilizados para o público geral, no próprio site do município e o que foi encontrado no site do portal da transparência.

A pesquisa ainda faz referência a importância da auditoria em órgãos governamentais, no que diz respeito a fiscalizar, controlar e dar suporte para que a gestão tenha bons resultados diante do contexto social com o tema abordado, promovendo uma reflexão acerca da importância da realização da análise das demonstrações contábeis nos demonstrativos dos órgãos públicos.

Considerando os argumentos acima, este projeto teve como “mola propulsora”, uma visão geral da Análise das Demonstrações Contábeis, de modo que se possa verificar por meio dos Índices de Desempenho Gerais a aplicação dos recursos, apresentados pelo órgão objeto de estudo, e como foi o desenvolvimento dos dados diante do cenário em que se encontra o município de Niterói – RJ e se a mesma foi positiva ou negativa.

1.3 - METODOLOGIA

Para este projeto utilizou-se a pesquisa bibliográfica, através de uma “revisão de literatura”, através de livros, artigos, monografias, dissertações, teses e sites. Tendo em vista que o projeto reuniu fontes primárias retiradas do site da prefeitura de Niterói aqui citada, foi utilizada a pesquisa documental para se obter informações analíticas que servirão de base no comparativo gráfico exposto nos anexos deste projeto.

Segundo Beuren *et al.* (2012, p.89), “A pesquisa documental baseia-se em materiais que ainda não foi ou não receberam um tratamento analítico ou que podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa”.

Para início do desenvolvimento desta pesquisa, utilizaram-se procedimentos da pesquisa bibliográfica e da pesquisa documental, com base descritiva onde foi abordado os assuntos sobre a aplicação dos recursos públicos em meio os indicadores gerais de desempenho orçamentário, estes por sua vez estão ligados diretamente a diversos fatores administrativos tais como: qualidade, produtividade, rentabilidade, eficácia, etc. Além das apresentações dos relatórios de despesas e receitas do município, utilizando o método comparativo dos anos de 2019 e 2020 e os impactos causados pela pandemia mundial.

Segundo Medeiros (2012, p.172) a metodologia configura-se como a raiz dos procedimentos adotados para estudar o fenômeno, seja em sua vertente teórica, empírica ou experimental. Segundo o autor, a metodologia não pode apenas a exemplificar os objetivos e os instrumentos de coleta de dados, mas também conduzir a traços da lógica que alimentou a pesquisa, dessa forma, conferindo a veracidade das informações.

Importante mencionar que esse projeto se refere a DRE - demonstração de resultado- de um determinado município, eleito o Município de Niterói – RJ, em virtude de seus dados serem, mais claros e concisos no “Portal da Transparência”, com o intuito de comparar períodos previamente estipulados visando a “aferição dos dados” e dos resultados obtidos através da aplicação dos recursos.

Segundo Rocha (2007), em sua abordagem, com enfoque por meio da descrição, o pesquisador poderá buscar:

“[...] além da análise ou da base para tanto, a totalidade do objeto estudado, sem a preocupação com detalhes que a investigação não persiga, assumindo a forma de síntese [...]”.

(ROCHA, 2007, p. 29)

Para Beuren (2012, p. 81) uma pesquisa descritiva “configura-se como um estudo intermediário entre a pesquisa exploratória e a explicativa, ou seja, não é tão preliminar como a primeira nem tão aprofundada como a segunda”.

Como procedimento técnico trata-se de uma pesquisa bibliográfica e documental.

“[...] quanto ao método bibliográfico, este abrange a bibliografia já tornada pública em relação ao tema estudado, desde publicações avulsas, revistas, livros, relatórios de pesquisas etc. Sua finalidade é colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito sobre determinado assunto [...]”

(MARCONI; LAKATOS, 2009, p. 185).

Deste modo a pesquisa documental se deu por meio dos Balanços Orçamentários da Prefeitura Municipal de Niterói – RJ, compreendido entre os anos de 2019 a 2020. No que diz respeito à abordagem, as pesquisas são classificadas em qualitativas e quantitativas. O projeto em questão possui a característica qualitativa.

“[...] um estudo quantitativo é caracterizado pelo uso de recursos de quantificação, ou seja, algo que pode ser expresso em quantidade, que são empregados desde a coleta de informações até a análise e tratamento dos dados [...]”

(MEDEIROS, 2012, p. 186).

Conforme Dalfovo *et. al.* (2008, p. 5-6), um estudo desse tipo utiliza técnicas de estatísticas, para obter resultados que evitem possíveis distorções de análise e possibilite uma maior margem de segurança.

Segundo Medeiros, (2012, p. 173) a abordagem qualitativa caracteriza-se pela implementação de uma compreensão profunda ou detalhada dos significados

em torno de um fenômeno e investe na descrição, exploração e análise da complexidade de determinado problema

Para Dalfovo, (2008, p.12) esta abordagem não é traduzida em números, na qual pretende verificar a relação da realidade com o objeto de estudo, obtendo várias possibilidades de interpretação por parte do pesquisador.

Em relação ao método aplicado, optou-se pelo método dedutivo.

Segundo Santos, (2008, p. 22-38) tal método, tem bases nos pensadores racionalistas: Descartes, Spinoza e Leibniz, tendo como pressuposto que apenas a razão pode conduzir ao conhecimento verdadeiro. Ele tem um dos princípios tidos como verdadeiros, para que o pesquisador possa estabelecer relações com um raciocínio lógico e chegar à verdade daquilo que propõe, ou seja, uma conclusão.

A amostra utilizada na pesquisa foi composta por relatórios contábeis do município de Niterói, no período compreendido entre 2019 a 2020.

2 - FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 - Impactos da Pandemia

O Covid-19, popularmente conhecido como: CORONAVIRUS, teve seu aparecimento no final do ano de 2019. Conforme os sites de serviços e apoio a saúde, os informes são que os primeiros casos foram registrados na China em dezembro de 2019. É um vírus que prejudica diversas variedades no sistema respiratório. O que se sabe é que é passível de contaminação tanto para animais, quanto para os humanos, de acordo com os cientistas, o vírus poderia ter uma forma esférica e seria espalhado de várias formas, mas principalmente, pelo ar.

Depois de muitos testes algumas evidências excluem a hipótese de que o CORONAVIRUS tenha tido origem em laboratório. O vírus foi transmitido de morcegos da espécie civetas (um pequeno membro da família Viverridae nativo do Sul e do Sudeste da Ásia), e através desses animais intermediários a contaminação se espalhou para o homem. Então em dezembro de 2019, começou um surto que atingiu uma média de 50 pessoas na cidade de Wuhan, na China. O que se diz é que a maioria dos pacientes tinham sido expostos no mercado de Huanan. No entanto, muitos pacientes desse processo inicial não tiveram relação com o mercado, o que abriu a possibilidade de que talvez, outras fontes de infecção poderiam estar envolvidas.

O governo decretou em março de 2020, algumas medidas em uma tentativa de conter o avanço da doença. Medidas temporárias foram estabelecidas para prevenção do Covid-19. Mas já em 19 de março de 2020 o governo estabeleceu o decreto 55.128, que declara calamidade pública em todo o território nacional. Então surgiu o Gabinete de Crise para o Enfrentamento da Epidemia COVID-19, Conselho de Crise para o Enfrentamento da Epidemia COVID-19, Grupo Interinstitucional de Monitoramento das Ações de Prevenção e Mitigação dos efeitos do COVID-19 no sistema prisional.

Desde então, o país atua com fechamentos de indústrias, desempregos, estudos a distância devido ao fechamento das escolas, bares e restaurantes com limitações no atendimento, cidades com barreiras sanitárias, viagens restritas nos aeroportos, novas tendências de cuidados: como álcool em gel e uso de máscaras obrigatória em todo o país, prevenções, medidas e decretos a fim de conter a doença e reduzir a contaminação. Um conselho foi criado para monitoração do vírus, o que segundo os dados apurados, atualmente o Brasil já ultrapassou a marca de 419.100 mortes de pessoas causadas apenas pelo COVID-19. No site do Ipea (www.ipea.gov.br) contém dados de que são mais de 15.000.000,00 (milhões) de casos confirmados desde seu início e registrou 201 mortes ao final de março de 2020 e passou rapidamente para 5.901 mortes ao final de abril de 2020 um aumento 5.700 mortes em apenas 1 mês de contaminação.

Ainda de acordo com as fontes obtidas no site do Ipea, as primeiras vacinas aprovadas para conter o Coronavírus foram desenvolvidas em cerca de um ano, mas sem abrir mão de segurança e eficácia.

“[...] em menos de doze meses, algumas vacinas contra Covid-19 já foram aprovadas e estão sendo aplicadas em dezenas de países. Vários laboratórios estavam agindo prontamente com testes e estudos para entrega das vacinas. Hoje elas já começaram a ser distribuídas e o governo estabeleceu um sistema de prioridade para aplicação das doses visto que não ainda o suficiente para atender toda a população. Até o dia 27 de abril de 2021, aproximadamente 1,06 bilhão de doses foram administradas em 570 milhões de pessoas, o que significa que por volta de 7,3% da população de 7,79 bilhões recebeu ao menos uma dose. Mais de 75% da população mundial precisa ser vacinada para controlar a pandemia, de acordo com as estimativas dos cientistas [...]”

(www.ipea.gov.br/cts/pt/central-de-conteudo/artigos).

O Brasil segue em 9º lugar na aplicação de doses da vacina contra a Covid-19, considerando o número de doses a cada 100 habitantes, entre os países que compõem o G20, grupo das 20 maiores economias do mundo.

De acordo com os dados atualizados disponibilizados pela Agência CNN e segundo suas informações com as secretarias estaduais de Saúde e do site Our World in Data, ligado à Universidade de Oxford, no Reino Unido, o país aparece com

16,63 doses aplicadas a cada 100 habitantes. O Reino Unido, que já vacinou todos os adultos acima dos 50 anos, continua em primeiro lugar, com 61,14 doses aplicadas a cada 100 pessoas.

Os Estados Unidos aparecem em 2º lugar, com 60,48 doses aplicadas a cada 100 habitantes – Alemanha (25,46), Canadá (25,24), Itália (24,22), França (23,85) e Turquia (23,49) aparecem na sequência.

A seguir apresenta-se um gráfico retirado do próprio site da prefeitura, disponibilizado ao público geral para fins informativos da evolução dos casos de Covid-19 na cidade de Niterói. Este gráfico está representado pelos dados de casos ativos X recuperados.

Figura 1:



Fonte: www.niteroi.rj.gov.br

Nota-se que até maio de 2020 Niterói possuía 1.144 casos de Covid-19, sendo 675 ainda ativos e 469 já recuperados. Isto demonstra que mesmo meses antes da vacina ser liberada a público muitas pessoas foram hospitalizadas e após tratamento com a cloroquina e outros insumos medicinais as pessoas foram diagnosticadas sem a doença, podendo voltar a vida normal, com uso dos protocolos de segurança obviamente como: máscaras, *face-shields*, álcool em gel, assepsia, etc.

De acordo com informações retiradas do site a curva aumentou significativamente no que diz respeito a recuperação dos casos no período de 2 meses onde até o mês de julho de 2020 já haviam sido registrados 7.636 casos e somente 237 ainda estão hospitalizados. Segundo o site da prefeitura de Niterói (www.niteroi.rj.gov.br), nos casos ativos, também são contabilizadas pessoas com isolamento residencial e nos hospitais. Logo, 7.399 pessoas tiveram recuperação bem-sucedida.

Através da Lei nº 3481, em 2 de abril de 2020, foi criado o Grupo de Resposta Rápida ao Novo Coronavírus e posteriormente passaram a integrar o Gabinete de Crise, comandado pelo prefeito de Niterói, Rodrigo Neves.

Esse gabinete ficaria responsável por orientar todas as repartições municipais, como por exemplo a rede de ensino, saúde e espaços públicos, sempre de acordo com a análise técnica e científica dos profissionais envolvidos no combate à doença. Muitas ações da Prefeitura foram tomadas, desde garantir a segurança, a alimentação dos alunos das escolas municipais, pessoas em situação de vulnerabilidade social, assim como o cuidado das principais vias do município e das suas comunidades. Outros programas de pagamentos foram inseridos com receita municipal.

A distribuição de cestas básicas, kits de limpeza e higiene pessoal e máscaras de proteção, são alguns exemplos das ações citadas acima. A criação de

um centro de referência para controle da quarentena em parceria com instituições de pesquisas para o mapeamento do novo coronavírus, também foram medidas adotadas pelas políticas públicas do município.

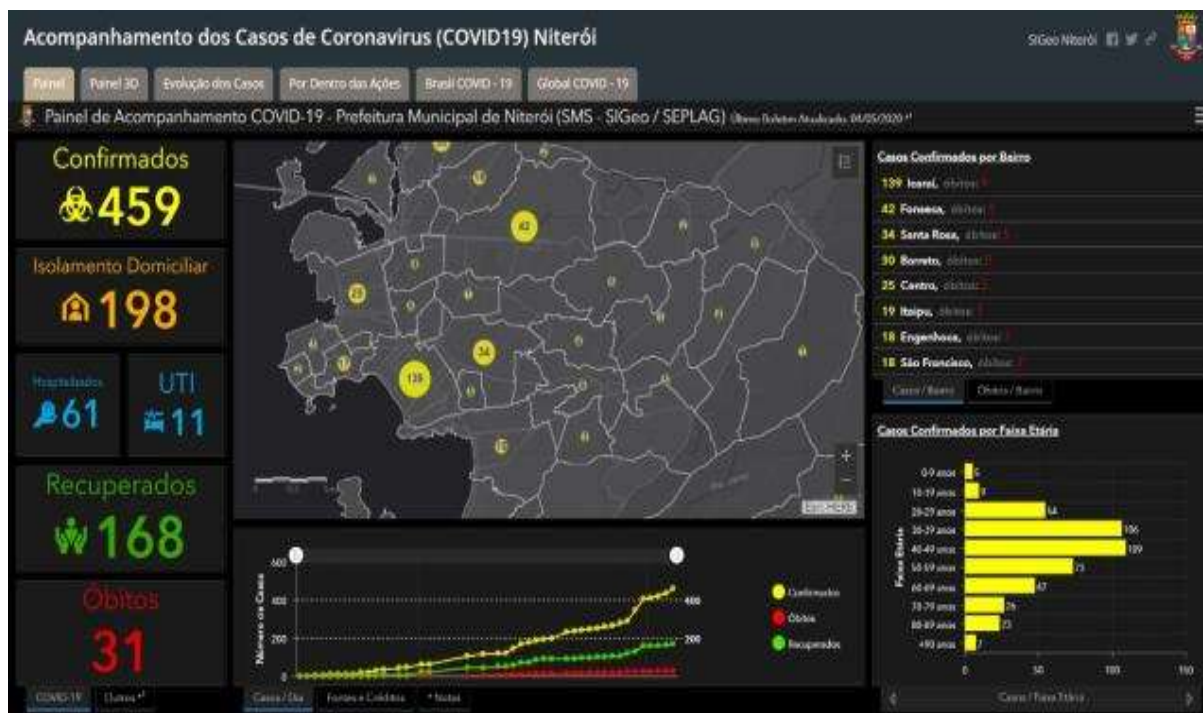
Para que todas essas medidas tivessem um efetivo de qualidade, foi necessário conhecer o território e os fluxos que integravam e garantiam a legitimidade da criação de programas e ações da prefeitura para minimizar os impactos que ocorriam nesses espaços contagiados pela doença.

Com isso, pode-se citar a criação do painel elaborado pela equipe SIGeo, a qual integra a Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Modernização da Gestão, que lança mão de dados sobre a quantidade de infectados, além de produzir informações das áreas mais afetadas, tudo isso, contando com a tecnologia de inteligência geográfica a favor das tomadas de decisão e informação atualizada do município, através de uma aplicação que fosse adaptada a qualquer tipo de dispositivo.

A aplicação criada para monitoria dos casos no município trata-se da ArcGis Experience Builder. Ela pode ser localizada e disponibilizada para baixar no próprio site da criadora, sigeo.niteroi.gov.br, ela contém diversas informações muito interessantes, tais como: Painel de evolução, protocolo de vacinação, medidas do isolamento, ações adotadas, linha do tempo, etc.

Abaixo está exemplificado uma das telas do aplicativo. Ele é gratuito e de acesso a todos, basta acessar o site da organização e baixar. Ou simplesmente navegar pelas abas dispostas e conferir os dados de interesse.

Figura 2:



Fonte: sigeo.niteroi.rj.gov.br

Como descrito, na imagem acima podemos ver uma das abas do aplicativo demonstrando já diversas informações atualizadas até maio de 2020. Além das informações mais detalhadas sobre os casos, também pode-se acompanhar o número de casos pelos bairros mais afetados como exemplo: Icaraí com 139 casos ativos e Itaipu com apenas 19.

Diante deste cenário, pode-se evidenciar a importância da alocação correta dos recursos públicos e como eles fazem parte integrante na contenção da disseminação do vírus.

2.2 - Recursos públicos

Segundo o site do portal da transparência, os bens que compõem o patrimônio público, como o dinheiro, imóveis ou meios de transporte, denomina-se recursos públicos. Como por exemplo, uma empresa, bens, serviços e patrimônios públicos precisam estar de acordo com os atos administrados para serem eficientes, e atender às necessidades da população.

De acordo com Cavalcanti (2006, p. 200), para que essa cesta de bens e serviços possa ser ofertada em preços e quantidades compatíveis com os padrões de renda e desenvolvimento nacional, é necessário que, muitas vezes, ocorra a interferência do Estado, através do provimento de incentivos especiais. Estes programas foram estabelecidos pelo governo para igualar a renda mínima necessária ao menos favorecidos; programa bolsa família, auxílio emergencial, vale gás, auxílio cimento, dentre outros. O Estado pode conter uma função de distribuição e pode ser considerada um dos principais pontos de discussão na determinação da política do setor público, como a determinação da política fiscal, estudando como formular medidas, tendo em vista ajustes na distribuição de renda.

Segundo Musgrave e Musgrave (1980, p. 673), cada uma dessas funções é atribuída a uma ou mais esferas de governo. A função distributiva seria a função das esferas estadual e federal; a estabilizadora cabe exclusivamente a esfera federal, e a locativa fica sob a responsabilidade das três esferas: Federal, Estadual e Municipal.

De acordo com Rezende (2001, p. 95), os gastos com saúde, educação e habitação são uma das formas mais efetivas de atuação do governo, visando reduzir as desigualdades sociais e melhorar o padrão de vida da população através de maior acesso aos bens e serviços públicos. Os recursos públicos pode ser forma limitados já as necessidades da população por sua vez são ilimitadas, a melhor forma de atendimento possível a população, seria obtida através de uma alocação eficiente de recurso.

Arretche (2001, p. 29-39) ressaltou que, com o estreitamento dos recursos, é de fundamental importância ser eficiente.

Segundo Figueiredo e Figueiredo (1986, p.107-127), a avaliação de eficiência tem como propósito confrontar a adequação dos meios e recursos utilizados aos resultados, tendo em vista os objetivos e metas propostos pela política. Dessa forma, observa-se a necessidade da realização eficiente na alocação de recursos públicos, fornecendo assim a possibilidade de melhoria na gestão e o planejamento social, visando dar maior controle ao gasto público e seu uso mais consciente.

Os indicadores e os recursos são de suma importância para a gestão pública. A Administração Pública tem uma necessidade específica, em especial direcionada a evolução do papel do Estado, as atribuições sociais crescentes e as restrições orçamentárias e financeiras atuais, determinam que os gestores e os órgãos de controle, a utilizarem os instrumentos mais transparentes e eficazes contra uma má gestão. Através desses argumentos os estudos ganham força e utilidade dentro das pesquisas sobre os indicadores.

2.3 - Indicadores de desempenho

De acordo com o site de finanças: (www.dicionariofinanceiro.com). Indicador de desempenho é uma ferramenta utilizada para medir a gestão em comparativo com os dados quantitativos e qualitativos sobre a performance de uma empresa. Eles são capazes de mensurar se as ações desempenhadas estão cumprindo com os objetivos previstos em planejamento.

Os indicadores de desempenho mostram os impactos gerados nas empresas, sendo que, para Arthur Andersen (1999, p.224), estes podem ter aspecto quantitativo quanto aspecto qualitativo e ainda aspecto comportamental.

Esses indicadores, de acordo com os gastos públicos, são utilizados para demonstrar de modo geral como os recursos estão sendo utilizados, como em uma empresa privada o interesse do Estado e dos gestores públicos; é manter “o sistema” funcionando de modo que haja o bem-estar social e dinheiro em caixa, para futuras aplicações e desenvolvimento.

O conceito sobre o que é indicadores de desempenho, poderia está relacionado ao fato de ser um dos mecanismos de comunicação que informa dados essenciais para ampliar a produção. Importante frisar que a equiparação dos objetivos da organização é imprescindível para que esses indicadores sejam funcionais. Caso contrário, seriam somente números estatísticos que não poderiam acrescentar uma mudança no desempenho.

Aguiar e Souza (2010, p. 107-126) entendem que na avaliação de desempenho, pondera-se efetivamente o sucesso dos gestores na obtenção das metas orçamentárias, ou seja, se tais metas foram ou não atingidas e qual a magnitude dos desvios.

De forma que, percebe-se que esses indicadores são atrelados entre si em uma relação de causa e efeito. Para isso, uma constante dinâmica faz-se necessária para que de forma contínua possam incorporar e acompanhar as mudanças impostas pelo cenário contido nas organizações.

Muitos indicadores de desempenho são capazes de medir a relação custo x produção, dentre os que serão utilizados como exemplo: Produtividade, eficiência, eficácia, efetividade e qualidade. Afim de demonstrar a aplicação dos recursos em cada setor estabelecido pelo município para maximizar o desempenho da área pré-definida.

2.3.1 - Indicador de produtividade

Apesar de não ser o único indicador na análise do desempenho, para indicar se as operações estão utilizando os recursos disponíveis (o tempo, o dinheiro investido, a área, a quantidade de colaboradores etc.) de maneira adequada. Alguns autores escrevem sobre a produtividade no ambiente empresarial; como a produtividade ligada a produção dos trabalhos desenvolvidos pelos colaboradores, mas, de acordo com o orçamento do município, a produtividade tem a análise do desempenho direcionada a cada setor como seu indicador base.

Segundo Hill, (1993, p. 85), produtividade é definida como a razão entre o que é produzido e o que é necessário para produzir. Mede a relação entre a saída, como produtos e serviços e entradas, que incluem trabalho, capital, matéria, entre outros recursos.

Ainda segundo Christopher, (1993, p. 85), agrega que a produtividade é o fator central que determina a qualidade de vida de uma população. Ou seja, o termo produtividade estaria ligado ao fator do que se produz utilizando os recursos disponíveis. Quanto maior for o valor dispensado, melhor será a distribuição dos recursos e por consequência, melhor será a produtividade.

2.3.2 - Indicador de eficiência

Outro indicador ligado a performance dos processos que tem tudo a ver com a utilização de recursos: é a eficiência. De maneira clara, a eficiência é produzir mais utilizando o mínimo de gastos possíveis. Logo, a eficiência juntamente com a produtividade andam juntas: entende-se que quanto mais produtivo um funcionário puder ser, maior será a eficiência do trabalho.

O retrabalho e o desperdício de matéria-prima são situações que existe em qualquer organização, e se esse episódio ocorre na empresa a possibilidade de que a eficiência esteja abaixo da média. Afinal de contas, quando se fala em desperdício de recursos, isso, não multiplica o processo de produção. Há muitas maneiras diferentes de calcular a eficiência de uma empresa. Uma delas é dividir por exemplo as horas que foram planejadas, com as horas trabalhadas, e assim verificar a disponibilidade real de recursos na empresa. Esses fatores são fundamentais para demonstrar em um órgão Público onde os recursos e os gastos público estão sendo aplicados, ou de acordo com a necessidade da população.

2.3.3 – Indicador de eficácia

Este indicador é facilmente confundido com o indicador de eficiência. No entanto deve-se levar em conta que a eficácia é a relação das metas estabelecidas X metas de saída. Ou seja, a eficácia estaria relacionada a conclusão do trabalho. Já a eficiência estaria ligada aos meios que levaram a finalização desse mesmo trabalho.

Um governo é perfeitamente capaz de ser eficaz, sem ser eficiente. Ou vice e versa. Um exemplo disso no contexto atual, seria a distribuição da vacina contra a Covid-19. No ano passado 2020 tivemos praticamente 365 dias de quarentena e diversas restrições, decretos e medidas foram adotadas para tentar amenizar os impactos gerados pelo vírus. No entanto levou-se muito tempo para que os governantes elaborassem um plano de vacinação, distribuição e produção das doses. Sendo assim, mesmo agora com a vacinação já em processo de distribuição, estamos bem atrasados em relação há outros países que tiveram as negociações mais antecipadas.

Dessa forma, podemos descrever que os órgãos públicos correspondentes, foram eficazes em comprar a vacina para distribuir a população, mais devido a desburocratização dos processos, não foi eficiente.

2.3.4 - Indicador de qualidade

O indicador de qualidade é relacionado a produção X adequação. Em um ambiente empresarial, o conceito de qualidade ou conformidade, estaria em conformidade com a produção de peças, por exemplo, e sua adequação do produto.

“A qualidade só pode ser obtida se for exercido rigoroso controle sobre todas as atividades produtivas. Em particular, se for exigido dos recursos humanos da empresa pleno atendimento a severas regras de comportamento e ação, ou seja, se o trabalho for desenvolvido sob disciplina orientada por rígidos padrões”

(CARVALHO, PALADINI, 2005, p. 37)

Trazendo esta ideia para os dias atuais, podemos atribuir este conceito a produção das vacinas, que foram sendo desenvolvidas por diversos laboratórios no mundo. Até chegar a dose final que é distribuída hoje, foram realizados inúmeros testes de adequação e qualidade da produção, para que só depois, pudessem ser distribuídas a população. Vale ainda ressaltar que mesmo após a elaboração de uma vacina apta ao consumo, os testes de adequação e produção continuam sendo realizados pelos laboratórios a fim de melhorar a eficácia do produto.

2.4 - Balanço orçamentário

Pode-se definir o demonstrativo da contabilidade como balanço orçamentário em que se demonstram as despesas e receitas previstas na lei orçamentária com as realizadas. A partir da comparação entre o realizado e o previsto, seria possível examinar se houve déficit, equilíbrio orçamentário ou até mesmo um superávit.

O Governo também produz balanços orçamentários, por exemplo: numa análise de orçamento, os gastos, deveriam ser iguais as receitas. Tecnicamente, não há um déficit ou um grande excedente nas contas. Simplificando, o termo é utilizado para descrever um orçamento sem diferenças. Um orçamento equilibrado é aquele que não é necessariamente balanceado ano a ano, mas sim, em um período de um ciclo econômico que pode ser mensal, trimestral, semestral ou anual.

Para contabilidade, um dos objetivos principais seria a geração de informações do patrimônio. As formas tangíveis dessas informações patrimoniais são as demonstrações contábeis que estão previstas na legislação em vigor de cada país.

De acordo com a Lei nº 4.320/64, em seu art. 101, os resultados gerais do exercício serão demonstrados no balanço orçamentário, no balanço financeiro, no balanço patrimonial e na demonstração das variações patrimoniais.

O art. 102 da Lei nº 4.320/64 destaca o balanço orçamentário a ser seguida na contabilidade pública: “O Balanço Orçamentário demonstrará as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas”. O art. 103 da Lei nº 4.320/64

estabelece parâmetros para elaboração do balanço financeiro, conforme preconizado:

Art. 103. O Balanço Financeiro demonstrará a receita e a despesa orçamentárias, bem como os recebimentos e os pagamentos de natureza extra orçamentária, conjugados com os saldos em espécie provenientes do exercício anterior, e os que se transferem para o exercício seguinte. Parágrafo único. Os Restos a Pagar do exercício serão computados na receita extra orçamentária para compensar sua inclusão na despesa orçamentária.

(<https://www.jusbrasil.com.br/topicos/11661382/artigo-103-da-lei-n-4320-de-17-de-marco-de-1964/definicoes>).

A contabilidade pública junto com o balanço orçamentário, demonstra o saldo que corresponde ao excesso ou a falta de arrecadação no detalhamento das receitas. Apresenta também as despesas por categoria econômica e / ou grupo de natureza das despesas. Por este motivo, ao falar de balanço orçamentário, automaticamente, falamos em Contabilidade Pública.

2.5 - Contabilidade pública

A contabilidade pública pode ser considerada por muitos, como complexa e uma grande ferramenta para reunir diversas informações financeiras e patrimoniais através de uma estrutura formal de informações sobre a saúde econômica empresarial.

“[...] A Contabilidade Pública é um dos ramos mais complexos da Ciência Contábil e tem por objetivo captar, registrar, acumular, resumir e interpretar os fenômenos que afetam as situações orçamentárias, financeiras e patrimoniais das entidades de direito público interno, ou seja, União, Estados, Distrito Federal e Municípios respectivas autarquias, através de metodologia especialmente concebida para tal, que se utiliza contas escrituradas nos seguintes sistemas: sistema patrimonial, sistema orçamentário, sistema financeiro e sistema de compensação. [...]”

Kohama (2000, p. 50-51):

De acordo com Lima e Castro (2000, p. 15) pode-se definir a Contabilidade Pública como a ciência que se presta a coletar, registrar e controlar os atos e fatos que afetam o patrimônio público.

A aplicação da Contabilidade Pública, deve destacar os fatos de natureza orçamentária, através destes dados iram resultar os atos e os fatos que podem ser controlados pela Contabilidade Governamental.

Os professores Araújo e Arruda (2004, p. 109) conceituam que “A contabilidade pública ou Governamental se situa no ramo da Ciência Contábil voltada para o registro, o controle e a demonstração dos fatos mensuráveis em moeda que afetam o patrimônio da União”.

O art. 83 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, destaca:

Art. 83. A contabilidade evidenciará perante a Fazenda Pública a situação de todos quantos, de qualquer modo, arrecadem receitas, efetuem despesas, administrem ou guardem bens a ela pertencentes ou confiados.

(<http://atena.org.br/revista/ojs-2.2.3-08/index.php/RGFC/article/view/2139>)

De uma maneira conceitual, o miniaurélio eletrônico versão 5.12. S. I]: Editora Positivo, (2004). A Contabilidade é a ciência que sistematiza e interpreta registros de transações financeiras de empresas e de outras organizações.

Com relação aos objetivos:

“[...] salienta-se que a contabilidade tem a finalidade de promover os meios informativos e de controle com o intuito de coletar os dados ocorridos no ano, e que tenham, ou possam ter, impactos e causar variações na posição patrimonial, isso significa dizer que a contabilidade representa um instrumento de medição e avaliação do patrimônio e dos resultados auferidos pela gestão da Administração Pública [...]”

(Attie, 2011, p. 37-40 ed. São Paulo)

Esses dados demonstrados afirmam que, a Contabilidade está incluída no grupo das ciências sociais, com o objetivo de traçar as informações contábeis. Desta forma, os funcionários da Contabilidade devem buscar a clareza e a exatidão das

informações para os usuários que as utilizam. Essas informações técnicas devem ser construídas e sistematicamente transformadas para transações financeiras contidas em uma empresa.

Conforme Rocha (2007, p. 29-30) ao comentar as características básicas da Contabilidade, atribui que ela tem a necessidade de registrar os valores sejam estas receitas ou despesas, como forma de aferir o resultado desta movimentação.

E ainda Rocha (2007, p. 45-47), complementa que com o desenvolver das sociedades, outros anseios foram surgindo do povo para com seus entes governantes, e estas novas perspectivas tornaram-se cada vez mais latentes o desejo por prestação de contas.

Desta forma, não é necessário que apenas o eleito soubesse o resultado da movimentação financeira de seu governo, também era necessário que seus contribuintes tivessem as informações desse resultado e ainda dos destinos possíveis a partir dele.

Segundo os dados apresentados anteriormente, podemos definir que a Contabilidade tem papel fundamental para orientar, estudar e controlar as movimentações, orçamentárias, fiscais, financeiras e etc. A fim de proporcionar apuração dos resultados de forma objetiva, também se utilizam os resultados para tomadas de decisões no que diz respeito a alocação dos recursos, além de, previsão, arrecadação, e execução das despesas. Esse parâmetro está ligado diretamente a transparência dos dados que serão apresentados, sejam eles, públicos ou privados, há uma necessidade de conformidade desses valores e uma análise imparcial.

2.6 - Transparência na administração pública.

Para Castro e Garcia (2004, p. 86), o objetivo da contabilidade pública, desde seu surgimento, foi fornecer informações a seus usuários por meio da identificação, da mensuração e da explicação dos eventos econômicos nos relatórios nas análises desenvolvidos pelos contadores.

No setor público, o destino dessas informações foi principalmente, o de ajudar o processo decisório dos governantes públicos e mostrar a sociedade como os recursos arrecadados são aplicados.

Para as pessoas essa transparência é um dos meios pelo qual pode-se controlar as ações dos políticos eleitos e que então reivindicar seus direitos. No entender de Reis (2004, p.146), observa-se que a preocupação do contribuinte não está limitada apenas aos aspectos legais das operações realizadas pelas entidades governamentais, mas diz respeito a efetividade, eficácia, e outros conceitos, pois trata-se de um direito destinado a todo aquele que tem o interesse em saber de tudo o que ocorre na administração pública.

As informações públicas é um direito democrático a todos os cidadãos para que possam acompanhar o seu governo e é através do portal da transparência que esse acompanhamento pode ser feito de forma consistente e detalhada. O Portal da Transparência é aberto a qualquer pessoa e destinado à disponibilização de informações públicas referentes a todos os órgãos.

O Portal da Transparência (site disponibilizado pelo município), dispõe de dois tipos de consultas dinâmicas – despesas e receitas - com dados a partir de 2013 que são atualizados diariamente. Segundo informações do próprio site da Prefeitura de Niterói a qual estaremos extraindo dados para efeitos de análise comparativa da aplicação dos recursos públicos no gasto com a saúde dentro do período de pandemia.

As despesas e receitas no Portal da Transparência contém os dados que por sua vez são informados pelos órgãos da administração municipal pelo sistema E-cidade, voltado à informação da gestão municipal de forma inclusiva.

Através do acesso ao site do portal da transparência se tem acesso a anexos contendo os dados dos gastos públicos, mas para que tenha relevância, necessita-se ter um básico conhecimento sobre como fazer uma análise das demonstrações contábeis, de forma objetiva e concisa.

2.7 - A análise das demonstrações contábeis

A contabilidade vem crescendo e ganhando mais importância ao longo do tempo, como fonte de dados. De acordo com a capacidade do usuário em transformá-los em informações, esses dados se tornam muito úteis e estes usuários podem dar a devida interpretação a essas informações.

O processo desses desenvolvimentos está ligado ao campo da ciência contábil que tem por finalidade sua atenção e pesquisa à análise de balanços. Analisar é discorrer a uma compilação dos fatos com base nos dados obtidos que são apresentados nos relatórios e fazem parte do conjunto dos balanços públicos.

A análise de balanços concretizou-se em razões práticas, pois isso logo se destacou como um instrumento de grande utilidade para gestão. Atualmente, o governo começa a dar maior atenção às necessidades de um Estado moderno que almejam administrar a gestão pública através de uma visão de gerenciamento.

Padoveze (2004, p. 193) destaca:

“[...] a análise de balanço deve ser um instrumento que possibilite o gerenciamento da informação contábil. Assim, um dos fundamentos da análise de balanço é a criação de indicadores que permitam sempre uma análise comparativa [...]”.

Através dos índices e dos cálculos para determinação dos dados, apresentam-se muitas dificuldades, pois é identificada uma grande diversidade de um ramo de atividade para outro, em termos de avaliação. No entanto, no setor público, de forma alternativa podem-se obter excelentes resultados.

2.8 - As demonstrações contábeis reestruturadas para análise

No entender de Marion (2002, p.55-61) a demonstração contábil reestruturada para análise significa uma nova classificação, um novo reagrupamento de algumas contas nas demonstrações contábeis, sobretudo no balanço patrimonial. São alguns ajustes necessários para melhorar a eficiência da análise.

A esta atividade dá-se o nome de padronização ou reestruturação das demonstrações para efeito de análise.

2.8.1 - Os objetivos básicos da reestruturação são:

- Simplificação;
- Comparabilidade;
- Adequação aos objetivos da análise;
- Precisão nas classificações de contas;
- Ajustes monetários;
- Descoberta de erros;
- Intimidade do analista com as demonstrações contábeis.

No entender de Neto (2001, p. 51) “a análise de balanços é não somente desenvolvida por meio de aplicações de técnicas, mas também orientada, em grande parte, pela sensibilidade e experiência do analista”.

3 - Análise vertical

Na análise vertical do balanço patrimonial todos os valores são comparados em relações percentuais sobre o total de um valor-base.

Padoveze (2004, p. 191) descreve que a análise da estrutura da demonstração de resultados e do balanço patrimonial, busca evidenciar as participações dos elementos patrimoniais e de resultado dentro do total.

Essa análise juntamente com a porcentagem obtida, devem ser analisados em conjunto com os indicadores básicos e se possível em conjunto com a análise horizontal.

A porcentagem de cada elemento patrimonial determina em relação ao conjunto que indica os diversos grupos contidos no patrimônio, e fornece, assim, uma ideia precisa da distribuição dos valores. Dessa forma, a porcentagem de cada parte e sua determinação em relação ao seu conjunto maior é de grande relevância, visto que, com essa análise, há uma possibilidade de se verificar o excesso de imobilizado, despesa dentre outras.

4 - Análise horizontal

Em uma análise horizontal o aumento dos índices do patrimônio ou de resultado em determinada cadeia de exercícios, funcionaria como análise projetado do resultado, ou do patrimônio em uma linha temporal, o que por sua vez, facilitaria a avaliação das projeções financeiras da empresa. Esse é um tipo de análise que proporciona uma observação do aumento das contas, e de seus respectivos saldos contidos nos demonstrativos.

Para Matarazzo (2003, p. 245):

Na análise de evolução ou horizontal baseia-se na evolução de cada conta de uma série de demonstrações contábeis em relação à demonstração anterior e/ou em relação a uma demonstração contábil básica, geralmente a mais antiga da série.

Assim, quando se estudam as variações ocorridas nas partes que compõem as demonstrações contábeis, em períodos de tempo sequenciais ou alternados, tem-se como resultado a Análise Horizontal (AH) ou de evolução dessas demonstrações.

Assim como exemplificado os processos de análise a cima e seus indicadores que são frequentemente analisados pelos contadores, a seguir, serão demonstrados alguns relatórios retirados do próprio site da prefeitura no portal da transparência que contenham essas informações a serem analisadas. Partindo de um ponto de vista com foco na realocação dos recursos públicos.

4.2 - Relatório base 2018

MUNICÍPIO DE NITERÓI - PODER EXECUTIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
PERÍODO DE REFERÊNCIA : 3º Quadrimestre / 2018

RGF - Anexo 5 (LRF, art 55, inciso III, alínea "a")

R\$1,00

IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA VERIFICADA NO CONSÓRCIO PÚBLICO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (f) = (a - (b + c + d + e))	Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados do Exercício	Empenhos Não Liquidados Cancelados (Não inscritos por Insuficiência Financeira)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos	De exercícios anteriores	Do exercício	Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores				
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)				
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	152.174.282,7	4.081.534,4	9.738.557,8	7.174.512,5	30.941.718,7		80.258.961,5	78.881.293,8	0,0
Receitas de Impostos e Transferências de Impostos Educação	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0		0,0	0,0	0,0
Transferências do FUNDEB 60%	3.812.289,6	-41.928,7	0,0	0,0	0,0		3.854.188,2	0,0	0,0
Transferências do FUNDEB 40%	0,0	-41.928,7	0,0	0,0	0,0		-41.928,7	0,0	0,0
Outros Recursos Destinados à Educação	2.300.432,7	78.248,8	0,0	856.782,3	0,0		1.967.378,8	0,0	0,0
Receitas de Impostos e Transferências de Impostos - Saúde	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0		0,0	0,0	0,0
Outros Recursos Destinados à Saúde	57.837.823,6	369.088,4	6.262.228,3	3.539.151,3	25.462.999,5		22.149.478,3	24.995.065,2	0,0
Recursos Destinados à Assistência Social	3.838.978,5	-2.734,8	151.332,9	618.784,0	0,0		3.064.125,0	608.894,3	0,0
Recursos destinados ao RPPS - Plano Previdenciário	874.210,9	8,5	0,0	0,0	3.889.322,5		-3.025.119,0	0,0	0,0
Recursos destinados ao RPPS - Plano Financeiro	-2.386.782,0	0,0	0,0	0,0	0,0		-2.386.782,0	0,0	0,0
Recursos de Operações de Crédito (exceto destinados à Educação e Saúde)	-35.325.508,6	327.718,8	3.152.491,7	-490.840,1	13.713,3		31.338.944,7	33.248.355,7	0,0
Recursos de Alienação de Bens/Ativos	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0		0,0	0,0	0,0
Outros Destinações Vinculadas de Recursos	-28.002.237,8	3.281.781,3	-173.504,7	1.869.133,8	-1.534.681,4		18.163.136,5	17.810.975,6	0,0
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	859.041.308,2	11.211.872,1	74.301.240,1	20.358.044,7	-23.824.184,1		708.545.887,2	103.542.512,7	0,0
Recursos Ordinários	326.429.983,9	8.954.964,7	53.869.564,3	18.327.796,8	-23.578.861,0		223.718.807,1	45.737.225,4	0,0
Outros Recursos não vinculados	532.611.324,3	2.257.007,4	20.431.675,8	4.030.257,8	-45.303,1		484.827.080,1	57.805.287,3	0,0
TOTAL (III) = (I) + (II)	871.215.590,9	15.273.506,5	84.040.797,7	27.532.557,2	54.565.880,8		789.802.848,7	182.203.806,5	0,0

SIGFIS - Versão 2018

Data de Emissão: 30/01/2019 16:24h

Fonte: transparencia.niteroi.rj.gov.br

4.3 - Relatório base 2019

MUNICÍPIO DE NITERÓI - PODER EXECUTIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
PERÍODO DE REFERÊNCIA : 3º Quadrimestre / 2019

RGF - Anexo 5 (LRF, art 55, inciso III, alínea "a")

R\$1,00

IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS					INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA VERIFICADA NO CONSÓRCIO PÚBLICO (f)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (Antes da inscrição de restos a pagar não processados) (g) = (a - (b + c + d + e) - f)	Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados do Exercício (h)	Empenhos Não Liquidados Cancelados (Não inscritos Por Insuficiência Financeira)	Disponibilidade Caixa Líquida Depois da inscrição de restos a pagar não processados (i) = (g - h)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores (d)	Demais Obrigações Financeiras (e)	Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores (c)					
		De exercícios anteriores (b)	Do exercício (c)								
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	175.412.869,9	3.281.044,1	12.905,0	8.308.526,3	36.520.821,5		129.197.573,0	2.000,0	0,0	128.195.573,0	
Receitas de Impostos e Transferências de Impostos Educação	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0		0,0	0,0	0,0	0,0	
Transferências do FUNDEB	3.544.089,4	0,0	0,0	0,0	0,0		3.544.089,4	0,0	0,0	3.544.089,4	
Outros Recursos Destinados à Educação	1.429.298,6	76.246,9	0,0	858.047,2	0,0		874.964,5	0,0	0,0	874.964,5	
Receitas de Impostos e Transferências de Impostos - Saúde	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0		0,0	0,0	0,0	0,0	
Outros Recursos Destinados à Saúde	88.776.057,8	1.415.840,5	0,0	2.448.594,8	30.019.505,8		54.894.313,1	0,0	0,0	54.894.313,1	
Recursos Destinados à Assistência Social	3.788.102,2	2.734,6	0,0	105.136,7	0,0		3.890.230,9	0,0	0,0	3.890.230,9	
Recursos destinados ao RPPS - Plano Previdenciário	1.007.800,1	6,5	0,0	0,0	3.667.407,4		-2.679.614,3	0,0	0,0	-2.679.614,3	
Recursos destinados ao RPPS - Plano Financeiro	21.485.582,1	0,0	0,0	0,0	0,0		21.485.582,1	0,0	0,0	21.485.582,1	
Recursos de Operações de Crédito (exceto destinados à Educação e Saúde)	31.018.308,1	114.711,0	0,0	1.254.210,2	0,0		29.847.387,9	0,0	0,0	29.847.387,9	
Recursos de Alienação de Bens/Ativos	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0		0,0	0,0	0,0	0,0	
Outros Destinações Vinculadas de Recursos	24.425.470,2	1.873.704,8	12.905,0	1.934.332,7	2.813.808,5		17.670.619,4	2.000,0	0,0	17.668.619,4	
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	1.545.375.797,3	8.833.184,0	14.452.894,8	20.502.885,9	-1.574.130,7		1.506.069.372,3	35.851.531,1	0,0	1.469.417.841,2	
Recursos Ordinários	482.486.087,1	7.083.126,9	7.399.764,3	14.517.000,3	-1.601.630,7		485.087.636,4	7.148.630,0	0,0	447.939.006,4	
Outros Recursos não Vinculados	1.062.889.710,2	-2.249.942,9	7.052.930,5	6.075.885,6	27.500,0		1.049.981.635,9	28.702.901,1	0,0	1.021.478.734,8	
TOTAL (III) = (I) + (II)	1.720.798.667,2	10.118.228,1	14.465.599,8	28.880.993,2	34.946.690,8		1.834.266.945,3	35.853.531,1	0,0	1.598.613.414,2	

CHEFE DO PODER EXECUTIVO: RODRIGO NEVES BARRETO
RESPONSÁVEL PELO CONTROLE INTERNO: CRISTIANE MARA RODRIGUES MARCELINO
RESPONSÁVEL PELA ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA: LUCAS CORREA DE ALMEIDA
SIGFIS - Versão 2019 Data de Emissão: 29/01/2020 17:01h

Fonte: transparencia.niteroi.rj.gov.br

4.4 - Relatório base 2020

MUNICÍPIO DE NITERÓI
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
PERÍODO DE REFERÊNCIA : 3º Quadrimestre / 2020

RGF - Anexo 5 (LRF, art.55, inciso II, alínea "a")

R\$1,00

IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA VERIFICADA NO CONSÓRCIO PÚBLICO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (Antes da inscrição de restos a pagar não processados)	Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados do Exercício	Empenhos Não Liquidados Cancelados (Não inscritos Por Insuficiência Financeira)	Disponibilidade Caixa Líquida Depois da inscrição de restos a pagar não processados (j) = (g - h)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras					
		De exercícios anteriores	Do exercício							
(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f)	(g) = (a - (b + c + d + e) - f)	(h)	(i)	(j)	
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	337.032.865,9	5.391.840,0	35.854.545,3	20.538.680,4	38.276.821,9		239.171.177,8	29.544.402,2	0,0	209.626.775,6
Receitas de Impostos e Transferências de Impostos Educação	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0		0,0	0,0	0,0	0,0
Transferências do FUNDEB	3.713.155,5	0,0	0,0	0,0	0,0		3.713.155,5	0,0	0,0	3.713.155,5
Outros Recursos Destinados à Educação	12.538.879,9	22.248,9	0,0	303.384,5	0,0		12.214.286,5	0,0	0,0	12.214.286,5
Receitas de Impostos e Transferências de Impostos - Saúde	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0		0,0	0,0	0,0	0,0
Outros Recursos Destinados à Saúde	103.806.491,4	683.776,0	3.269.315,7	3.756.830,2	31.539.825,4		94.879.744,1	24.859.517,4	0,0	39.920.226,7
Recursos Destinados à Assistência Social	10.712.322,9	3.612,9	0,0	255.085,1	0,0		10.453.625,0	0,0	0,0	10.453.625,0
Recursos destinados ao RPPS - Plano Previdenciário	-370.367,4	8,5	0,0	-408.823,9	3.780.854,9		-3.001.470,0	0,0	0,0	-3.001.470,0
Recursos destinados ao RPPS - Plano Financeiro	11.287.080,1	0,0	0,0	0,0	0,0		11.287.080,1	0,0	0,0	11.287.080,1
Recursos de Operações de Crédito (exceto destinados à Educação e Saúde)	40.603.988,8	769.337,5	4.041.972,0	1.154.381,8	0,0		34.601.897,7	101.397,6	0,0	34.500.500,1
Recursos de Alienação de Bens/Ativos	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0		0,0	0,0	0,0	0,0
Outros Destinações Vinculadas de Recursos	154.016.779,9	3.908.860,3	28.859.257,8	13.457.843,3	958.141,7		105.342.876,7	4.783.487,2	0,0	100.559.389,5
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	1.001.085.109,2	3.857.008,8	54.069.855,0	45.519.225,5	13.419.508,7		894.200.308,4	49.824.243,9	0,0	834.376.064,5
Recursos Ordinários	590.324.987,4	4.480.833,9	35.167.423,3	37.932.837,5	13.391.006,7		499.353.064,0	15.165.369,0	0,0	484.187.695,0
Outros Recursos não vinculados	410.740.141,8	-423.825,1	18.902.431,7	7.586.388,0	27.020,0		394.847.244,4	34.658.874,9	0,0	360.188.369,5
TOTAL (III) = (I) + (II)	1.338.067.774,9	9.248.848,8	89.724.400,3	66.057.905,9	49.696.330,6		1.123.371.886,0	79.368.646,0	0,0	1.044.003.240,0

CHIEFE DO PODER EXECUTIVO: AXEL SCHMIDT GRAEL
RESPONSÁVEL PELO CONTROLE INTERNO: CRISTIANE MARA RODRIGUES MARCE
RESPONSÁVEL PELA ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA: HEITOR PEREIRA MOREIRA

SIGFIS - Versão 2020

Data de Emissão: 29/01/2021 14:19h

Fonte: transparencia.niteroi.rj.gov.br

5 - ANÁLISE DOS RELATÓRIOS

Como dito anteriormente, utilizaremos o relatório de 2018 para efeito de iniciação dos dados, sendo posteriormente apresentado os anos de 2019 e 2020 consecutivamente. Nota-se que antes do início da pandemia no ano de 2018 havia uma disponibilidade de recursos destinados a saúde no montante de pouco mais de R\$ 22.000.000,00. Este valor é o montante líquido no fechamento do exercício que subtrai os gastos da competência e as dívidas que são repassadas do ano anterior. Como pode ser observado o governo ainda deixou de quitar R\$ 8.000.000,00 no exercício competente e R\$ 393.000,00 do ano anterior.

Ainda no relatório de 2018 pode-se observar o montante de mais de R\$ 25.000.000,00 com obrigações financeiras. Desse modo observamos que ao final do ano de 2018 a receita bruta com disponibilidade dos recursos de saúde em caixa eram mais de R\$ 57.000.000,00 porém com as dívidas anteriores e obrigações financeiras da competência o valor disponibilizado ao final do exercício é de pouco mais de R\$ 22.000.000,00.

Em parceria com a organização não governamental de Contas Abertas e o Conselho Federal de Medicina (CFM), demonstra que o setor público gastou no ano de 2019 cerca de R\$ 3,83 per capita por dia com a saúde dos brasileiros. O valor, inclui todas as ações e serviços públicos de saúde cujas três esferas do governo – federal, municipal e estadual. Por exemplo, é calculado o custo da rede de atendimento do Sistema Único de Saúde (SUS) e o pagamento de funcionários.

Pelo cálculo feito pelo CFM a partir dos dados oficiais, o gasto por habitante com saúde no país foi de R\$ 1.398,53 no ano de 2019, quantia levemente acima dos R\$ 1.382,29 registrados em 2018, quando o gasto per capita diário ficou em R\$ 3,79. Há cerca de 12 anos, esse indicador fica na casa dos R\$ 3,00.

O levantamento do CFM mostra que nos últimos 11 anos vem aumentando a presença dos municípios nos gastos com saúde, ao mesmo tempo em que cai a do governo federal. O gasto dos estados tem permanecido estável.

Em 2019, os municípios foram responsáveis por 31,3% dos gastos com saúde. Só para ter uma base, em 2009, essa fatia era de 27,6%. Em 2019, a União,

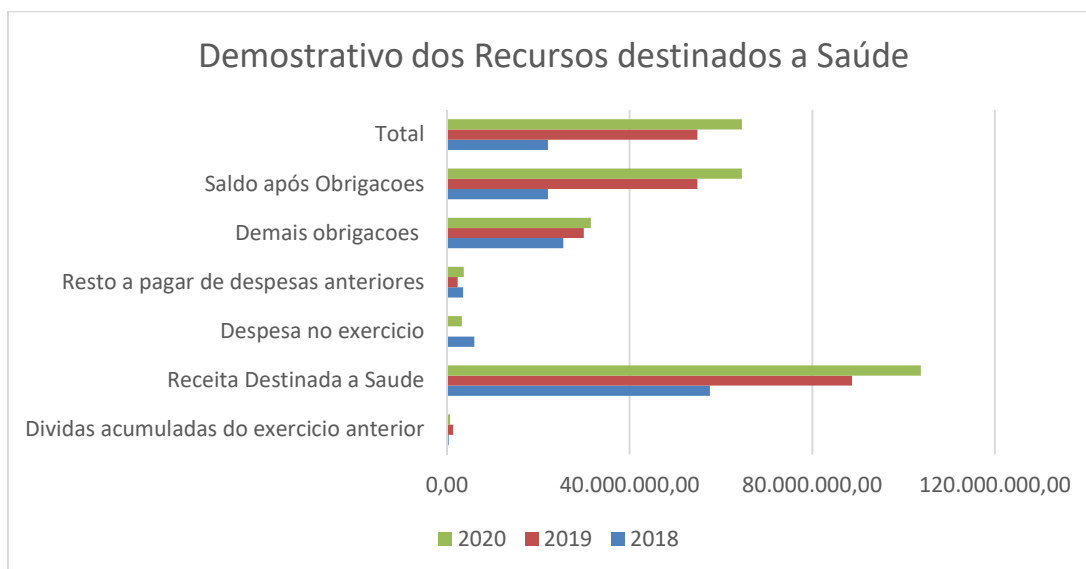
que faz a aquisição da maior parte dos medicamentos e vacinas, foi responsável por 42,4% dos gastos, abaixo dos 46% registrados em 2009.

Vale ressaltar que neste projeto estamos abordando apenas a cidade de Niterói como análise. Caso contrário, a pesquisa seria muito extensa. Segundo fontes do Anuário Multi-Cidades, que é um instrumento de consulta e auxílio no planejamento dos municípios, proporcionando acesso organizado e utilizando uma linguagem amigável, além de uma ferramenta importante de transparência e análise de cenários sobre as finanças locais. Niterói é a segunda que mais investe em educação. O relatório está na 15ª edição e traz uma radiografia da situação econômica e investimentos dos municípios brasileiros com ano de referência de 2018. Em números gerais, Niterói é a 15ª cidade que mais investe em todo o país.

O anuário mostra que em relação à educação, a cidade tem investido em média R\$ 16.297,24 por aluno anualmente. Em nível de comparação, a média anual do país de gasto por aluno é de R\$ 7.070,12, menos da metade do aplicado em Niterói. Em relação à saúde Niterói também coloca mais recursos per capita: R\$ 1.002,18. No Brasil, a média é de R\$ 737,78 por pessoa. Em números absolutos, assim como na educação (R\$ 163,55 bilhões), as despesas em saúde voltaram a subir em 2018 para o patamar de R\$ 151,63 bilhões.

De acordo com a secretaria da cidade de Niterói, no relatório também consta que, no país, em 2018, pouco mais da metade das cidades registrou suficiência financeira. O índice chega a 52,1%. Em contrapartida, 47,9% das cidades acusaram insuficiência. A maioria dos municípios (61,9%) dispunha de endividamento de curto prazo que oscilava entre 5% e -5% em comparação à receita corrente. Apenas 11,5% das cidades tinham um quadro confortável, com caixa maior de 10% em relação à despesa corrente.

No gráfico a seguir podemos observar com mais clareza a disposição dos recursos destinados a saúde nos anos de 2018, 2019 e 2020, contidos nos relatórios de Gestão Fiscal a cima. O gráfico demonstra que no ano de 2020 por exemplo foram aplicados mais recursos a saúde, inclusive as obrigações fiscais, como impostos a pagar e dividas dos demais anos também foram maiores em relação aos anos anteriores.

Figura 3:

Fonte: tabela de Excel própria.

Outro fato interessante a se observar é que no ano de 2018, tomado como base, foi um período ocorrido antes da pandemia, logo os gastos e obrigações fiscais são menores, diante do cenário de “paz”. O termo “paz”, é um conceito utilizado pelas forças armadas para exemplificar um tempo decorrido sem guerras declaradas. Logo após o surgimento da pandemia, nota-se que as receitas destinadas a saúde aumentaram significativamente, praticamente dobrando ou triplicando o valor de capital aplicado ao setor.

As figuras de tabelas dos anos 2018, 2019 e 2020 pode-se observar outras informações como gastos com educação, assistência social, os planos previdenciários, etc. Mas o intuito do projeto foi demonstrar como a pandemia influenciou de alguma forma os recursos destinados a saúde.

A seguir serão apresentados os relatórios de Demonstrativos da Execução das Despesas por Funções / SubFunções dos anos 2018, 2019 e 2020 que traz um detalhamento maior sobre as despesas relacionadas a saúde. E também os relatórios com demonstrativos dos impostos resumidos dos respectivos anos citados anteriormente.

Ambos os relatórios aqui contidos foram retirados do site: transparencia.niteroi.rj.gov.br, que contém todos os anexos pertinentes e que foram apresentados aqui neste projeto para análise e conclusão do tema.

5.1 - Relatório Execução Orçamentária 2018

MUNICÍPIO DE NITERÓI											
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA											
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO											
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL											
PERÍODO DE REFERÊNCIA : 6º Bimestre / 2018											
RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, Inciso II, alínea "c")										R\$1,00	
FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) - (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROC. (f)
			No Bimestre	Até 12/2018 (b)	% (b/total b)		No Bimestre	Até 12/2018 (d)	% (d/total d)		
Administração	593.981,4	1.467.712,9	-85.767,8	1.327.945,3	0,0	139.767,8	209.133,4	970.898,8	0,0	496.814,3	357.046,7
Administração Geral	593.981,4	1.467.712,9	-85.767,8	1.327.945,3	0,0	139.767,8	209.133,4	970.898,8	0,0	496.814,3	357.046,7
Assistência Social	0,0	143.291,9	0,0	143.291,9	0,0	0,0	109.480,8	109.480,8	0,0	33.811,1	33.811,1
Alimentação e Nutrição	0,0	143.291,9	0,0	143.291,9	0,0	0,0	109.480,8	109.480,8	0,0	33.811,1	33.811,1
Previdência Social	44.897.655,9	50.179.932,7	4.484.343,3	49.179.932,2	1,8	1.000.000,5	7.802.816,0	44.556.861,8	1,7	5.623.279,8	4.623.279,3
Administração Geral	2.000.000,0	1.000.000,0	0,0	0,0	0,0	1.000.000,0	0,0	0,0	0,0	1.000.000,0	0,0
Previdência Básica	42.897.655,9	49.179.932,7	4.484.343,3	49.179.932,2	1,8	0,0	7.802.816,0	44.556.861,8	1,7	4.623.279,8	4.623.279,3
Saúde	13.117.886,7	15.696.621,0	-1.179.003,2	15.197.805,2	0,9	499.815,8	2.899.179,7	13.046.291,8	0,8	2.650.359,2	2.151.543,4
Administração Geral	10.000,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Previdência Básica	11.981.980,0	12.370.798,1	-1.304.894,8	12.370.798,1	0,4	0,0	2.804.020,1	12.370.798,1	0,5	0,0	0,0
Atenção Básica	815.928,7	1.351.855,7	134.861,4	1.049.348,5	0,0	512.509,2	0,0	433.532,0	0,0	628.323,8	615.814,8
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	810.000,0	1.598.843,1	0,0	1.498.031,8	0,1	98.811,3	95.135,5	179.856,8	0,0	1.417.986,6	1.318.375,2
Vigilância Sanitária	0,0	267.156,1	0,0	187.839,8	0,0	79.516,5	0,0	0,0	0,0	267.156,1	187.839,8
Vigilância Epidemiológica	100.000,0	100.000,0	0,0	92.021,2	0,0	7.978,8	0,0	82.307,2	0,0	37.892,8	29.714,0
Educação	69.568.041,3	71.332.980,1	4.787.300,8	71.331.038,9	2,8	1.841,3	13.406.077,2	68.627.118,6	2,7	2.795.864,8	2.703.923,2
Previdência Básica	35.000.000,0	32.370.833,8	2.370.833,8	32.370.833,8	1,2	0,0	7.807.124,8	32.370.833,8	1,3	0,0	0,0
Ensino Fundamental	34.393.041,3	37.616.705,0	2.416.866,7	37.616.688,7	1,3	41,3	5.661.389,1	34.960.030,7	1,4	2.898.877,2	2.698.636,0
Educação Infantil	170.000,0	1.345.836,3	0,0	1.343.738,3	0,0	1.900,0	137.563,4	1.296.451,1	0,1	49.187,3	47.287,3
Educação Especial	5.000,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Cultura	950.000,0	4.000,0	0,0	0,0	0,0	4.000,0	0,0	0,0	0,0	4.000,0	0,0
Patr. Hist., Artístico e Arqueológico	950.000,0	4.000,0	0,0	0,0	0,0	4.000,0	0,0	0,0	0,0	4.000,0	0,0
Habituação	0,0	1.857.579,7	0,0	1.857.579,7	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	1.857.579,7	1.857.579,7
Habituação Urbana	0,0	1.857.579,7	0,0	1.857.579,7	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	1.857.579,7	1.857.579,7
Indústria	0,0	259.809,1	0,0	259.809,1	0,0	0,0	127.816,2	127.816,2	0,0	131.992,9	131.992,9
Indústria Industrial	0,0	259.809,1	0,0	259.809,1	0,0	0,0	127.816,2	127.816,2	0,0	131.992,9	131.992,9
Outros	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
TOTAL	84.609.629,4	97.971.247,7	-1.179.003,2	96.792.244,5	1,3	1.841,3	27.122.164,2	84.669.080,3	1,3	29.846.163,2	27.114.000,0
<p>Notas Explicativas: No encerramento do exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas em exercícios anteriores, mas não liquidadas em 31/12/2018, foram incluídas no balanço do exercício atual. Despesas em restos a pagar não processados em 31/12/2018, consideradas executadas em 31/12/2019, foram incluídas no balanço do exercício atual. Despesas em restos a pagar não processados em 31/12/2019, consideradas executadas em 31/12/2020, foram incluídas no balanço do exercício atual.</p>											
<p>b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art. 35, Inciso II da Lei 4.320/64.</p>											

5.2 - Relatório Execução Orçamentária 2019

MUNICÍPIO DE NITERÓI
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
PERÍODO DE REFERÊNCIA : 0º Bimestre / 2019

RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, Inciso II, alínea "c")

R\$ 1,00

FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) - (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) - (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROC. (f)
			No Bimestre	Até 12/2019 (b)	% (b/total a)		No Bimestre	Até 12/2019 (d)	% (d/total d)		
Administração	150.000,0	243.121.038,9	21.726.921,0	243.103.947,4	7,3	17.989,5	21.899.277,1	242.936.344,0	7,8	182.692,8	164.703,4
Administração Geral	150.000,0	898.415,1	192.925,7	880.425,7	0,0	17.989,5	195.281,7	715.722,3	0,0	182.692,8	164.703,4
Administração de Receitas	0,0	242.222.821,7	21.533.995,4	242.222.821,7	7,2	0,0	21.533.995,4	242.222.821,7	7,8	0,0	0,0
Previdência Social	27.589.870,0	56.141.389,9	1.729.314,3	42.889.863,8	1,3	13.251.506,5	5.316.666,7	41.871.347,8	1,3	14.270.042,0	1.019.535,7
Previdência Básica	27.589.870,0	56.141.389,9	1.729.314,3	42.889.863,8	1,3	13.251.506,5	5.316.666,7	41.871.347,8	1,3	14.270.042,0	1.019.535,7
Saúde	15.400.924,0	19.893.132,8	2.985.106,9	14.170.387,7	0,4	5.882.744,6	3.263.152,4	15.268.542,8	0,4	5.884.589,7	801.844,9
Administração Geral	0,0	17.187,6	17.187,6	17.187,6	0,0	0,0	17.187,6	17.187,6	0,0	0,0	0,0
Previdência Básica	14.000.000,0	18.198.285,5	2.000.217,4	13.050.383,2	0,4	5.147.902,4	3.036.882,7	13.041.296,8	0,4	5.158.998,7	9.098,3
Atenção Básica	703.924,0	271.098,6	230.395,7	271.098,6	0,0	0,0	115.548,8	118.395,1	0,0	154.701,5	154.701,5
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	807.000,0	1.173.442,8	888.886,2	888.886,2	0,0	506.776,6	0,0	0,0	0,0	1.173.442,8	888.886,2
Suporte Profilático e Terapêutico	0,0	78.705,9	50.640,0	50.640,0	0,0	28.065,8	0,0	0,0	0,0	78.705,9	50.640,0
Vigilância Sanitária	0,0	93.733,3	0,0	93.733,3	0,0	0,0	93.733,3	93.733,3	0,0	0,0	0,0
Vigilância Epidemiológica	0,0	20.740,8	0,0	20.740,8	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	20.740,8	20.740,8
Educação	64.000.000,0	73.461.674,2	6.334.201,8	73.461.674,2	2,2	0,0	13.463.729,9	70.216.092,5	2,3	3.248.581,7	3.248.581,7
Previdência Básica	35.000.000,0	39.087.534,8	4.087.534,8	39.087.534,8	1,2	0,0	9.829.170,3	39.087.534,8	1,3	0,0	0,0
Ensino Fundamental	29.000.000,0	34.394.139,4	2.186.887,0	34.394.139,4	1,0	0,0	3.834.559,5	31.148.527,7	1,0	3.248.581,7	3.248.581,7
Urbanismo	5.428.788,9	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Infraestrutura Urbana	5.428.788,9	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Habituação	0,0	1.505.350,9	349.584,7	1.156.584,7	0,0	348.786,2	200.576,7	296.679,7	0,0	1.208.774,2	880.008,0
Habituação Urbana	0,0	1.505.350,9	349.584,7	1.156.584,7	0,0	348.786,2	200.576,7	296.679,7	0,0	1.208.774,2	880.008,0
Ossário Ambiental	755.000,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Preservação e Conservação Ambiental	755.000,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Indústria	0,0	24.385,0	0,0	24.385,0	0,0	0,0	0,0	15.649,9	0,0	8.715,0	8.715,0
Promoção Industrial	0,0	24.385,0	0,0	24.385,0	0,0	0,0	0,0	15.649,9	0,0	8.715,0	8.715,0
Encargos especiais	7.872.000,0	15.272.000,0	0,0	14.399.999,0	0,4	872.001,0	1.176.864,4	14.339.922,3	0,5	932.077,7	60.079,7
Serviço de Divisão Interna	7.872.000,0	15.272.000,0	0,0	14.399.999,0	0,4	872.001,0	1.176.864,4	14.339.922,3	0,5	932.077,7	60.079,7

CHEFE DO PODER EXECUTIVO: RODRIGO NEVES BARRETO
RESPONSÁVEL PELA CONTABILIDADE: YASMIM DA COSTA MONTEIRO

SIGFIS - Versão 2019

Data de Emissão: 29/01/2020 16:58h

Anexo II do RREO

Fonte: transparencia.niteroi.rj.gov.br

5.3 - Relatório Execução Orçamentária 2020

MUNICÍPIO DE NITERÓI
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
PERÍODO DE REFERÊNCIA : 6º Bimestre / 2020

RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso I, alínea "c")

R\$1,00

FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROC. (f)
			No Bimestre	Até 12/2020 (b)	% (b/total a)		No Bimestre	Até 12/2020 (d)	% (d/total a)		
Administração	80.743.547,9	74.867.439,8	-8.881.199,9	74.781.420,1	1,9	86.019,6	19.380.741,8	74.781.420,1	2,1	86.019,6	0,0
Administração Geral	743.547,9	792.180,9	-26.468,9	708.181,2	0,0	86.019,6	157.474,1	708.181,2	0,0	86.019,6	0,0
Outros Encarg. Especiais	80.000.000,0	74.075.259,0	-5.924.741,0	74.075.259,0	1,9	0,0	19.203.267,7	74.075.259,0	2,1	0,0	0,0
Segurança Pública	3.660.000,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Administração Geral	890.000,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Policiamento	3.000.000,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Previdência Social	43.437.860,4	42.064.133,0	-4.940.000,0	38.302.796,2	1,0	4.281.336,6	8.679.884,9	36.952.212,5	1,0	5.611.920,5	1.350.583,7
Previdência Básica	43.437.860,4	42.064.133,0	-4.940.000,0	38.302.796,2	1,0	4.281.336,6	8.679.884,9	36.952.212,5	1,0	5.611.920,5	1.350.583,7
Saúde	22.359.891,7	28.662.908,8	-2.134.539,4	19.842.101,1	0,5	9.040.807,7	5.964.896,9	18.071.021,1	0,5	10.611.887,7	1.571.560,0
Administração Geral	1.809.000,0	133.817,3	0,0	0,0	0,0	133.817,3	0,0	0,0	0,0	133.817,3	0,0
Previdência Básica	15.589.801,7	18.886.461,0	-2.353.887,7	14.402.218,9	0,4	4.284.244,1	3.551.312,7	14.358.744,0	0,4	4.307.717,0	43.472,9
Atenção Básica	3.345.000,0	3.387.026,2	0,0	43.026,2	0,0	3.344.000,0	0,0	36.241,0	0,0	3.351.885,2	7.885,2
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	1.820.000,0	8.494.804,3	219.148,3	5.195.958,0	0,1	1.209.948,3	1.533.584,2	3.878.036,1	0,1	2.818.889,2	1.519.021,9
Educação	82.419.715,2	74.998.762,1	-6.199.610,0	64.300.531,5	1,7	10.608.230,6	18.554.887,1	64.300.531,5	1,8	10.608.230,6	0,0
Administração Geral	0,0	879.044,4	0,0	879.044,4	0,0	0,0	0,0	879.044,4	0,0	0,0	0,0
Previdência Básica	41.889.715,1	45.794.792,0	856.037,1	45.788.814,2	1,2	5.977,8	11.204.407,3	45.788.814,2	1,3	5.977,8	0,0
Ensino Fundamental	40.750.000,0	28.324.925,7	-7.056.855,1	17.722.872,9	0,5	10.802.252,6	7.350.278,8	17.722.872,9	0,5	10.802.252,6	0,0
Habituação	930.840,0	828.840,0	-280.261,2	879.846,4	0,0	182.193,8	280.261,2	879.846,7	0,0	182.194,3	0,7
Habituação Urbana	930.840,0	828.840,0	-280.261,2	879.846,4	0,0	182.193,8	280.261,2	879.846,7	0,0	182.194,3	0,7
Comércio e Serviços	0,0	17.000.000,0	17.000.000,0	17.000.000,0	0,4	0,0	17.000.000,0	17.000.000,0	0,4	0,0	0,0
Comercialização	0,0	17.000.000,0	17.000.000,0	17.000.000,0	0,4	0,0	17.000.000,0	17.000.000,0	0,5	0,0	0,0
Encargos especiais	8.403.364,0	8.823.050,7	113.000,0	8.613.000,0	0,2	910.050,7	782.465,5	7.843.819,4	0,2	1.679.240,3	769.189,6
Serviço de Divisão Interna	8.403.364,0	8.823.050,7	113.000,0	8.613.000,0	0,2	910.050,7	782.465,5	7.843.819,4	0,2	1.679.240,3	769.189,6

CHEFE DO PODER EXECUTIVO: AXEL SCHMIDT GRAEL
RESPONSÁVEL PELA CONTABILIDADE: YASMIN DA COSTA MONTEIRO

SIGFIS - Versão 2020

Data de Emissão: 29/01/2021 12:06h

Anexo II do RREO

Fonte: transparencia.niteroi.rj.gov.br

5.4 - Relatório das Receitas de Impostos e Despesas com Saúde 2018

MUNICÍPIO DE NITERÓI
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE IMPOSTOS E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
PERÍODO DE REFERÊNCIA : 6º Bimestre / 2018

ADCT, art 77 - Anexo 12

R\$ 1,00

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até 6º Bim/2018 (b)	% (b/a)
RECEITA DE IMPOSTOS LIQUIDA (I)	743.814.443,0	820.309.690,4	842.290.304,9	102,68
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	347.600.000,0	424.095.247,4	368.320.999,0	86,85
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	53.318.823,0	53.318.823,0	62.470.174,0	117,16
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	256.843.820,0	256.843.820,0	277.084.596,4	107,88
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	63.200.000,0	63.200.000,0	89.638.442,9	141,83
Imposto Territorial Rural - ITR	0,0	0,0	0,0	0,00
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	5.817.900,0	5.817.900,0	17.039.590,7	292,88
Dívida Ativa dos Impostos	11.365.400,0	11.365.400,0	19.431.240,8	170,97
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	5.668.500,0	5.668.500,0	8.305.261,1	146,52
RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS (II)	516.949.430,0	516.949.430,0	605.433.619,3	117,12
Cota-Parte FPM	68.100.000,0	68.100.000,0	63.169.935,9	92,76
Cota-Parte ITR	9.430,0	9.430,0	19.664,0	208,53
Cota-Parte IPVA	118.000.000,0	118.000.000,0	90.426.166,6	76,63
Cota-Parte ICMS	323.300.000,0	323.300.000,0	439.054.574,9	135,80
Cota-Parte IPI-Exportação	6.320.000,0	6.320.000,0	11.457.824,0	181,29
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências	0,0	0,0	0,0	0,00
CONSTITUCIONAIS	1.220.000,0	1.220.000,0	1.305.453,9	107,00
Desoneração ICMS (LC 87/96)	1.220.000,0	1.220.000,0	1.305.453,9	107,00
Outras	0,0	0,0	0,0	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	1.260.763.873,0	1.337.259.120,4	1.447.723.924,2	108,26

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até 6º Bim/2018 (d)	% (d/c)
TRANSFERENCIA DE RECURSOS DO SISTEMA UNICO DE SAUDE-SUS	176.362.000,0	176.362.000,0	168.095.493,6	95,31
Provenientes da União	175.038.000,0	175.038.000,0	165.646.262,9	94,63
Provenientes dos Estados	0,0	0,0	0,0	0,00
Provenientes de Outros Municípios	0,0	0,0	0,0	0,00
Outras Receitas do SUS	1.324.000,0	1.324.000,0	2.449.230,7	184,99
TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS	0,0	0,0	0,0	0,00
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	0,0	0,0	0,0	0,00
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	0,0	0,0	0,0	0,00
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	176.362.000,0	176.362.000,0	168.095.493,6	95,31

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RP NÃO PROCESSADOS (g)
			Até 6º Bim/2018 (f)	% (f/e)	Até 6º Bim/2018 (g)	% (g/e)	
DESPESAS CORRENTES	445.420.882,2	547.110.959,8	511.040.974,1	93,41	464.911.880,9	93,41	46.129.093,2
Pessoal e Encargos Sociais	258.019.058,9	260.110.519,6	249.313.257,7	95,85	243.613.106,1	95,85	5.700.151,6
Juros e Encargos da Dívida	0,0	0,0	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0
Outras Despesas Correntes	187.401.823,3	287.000.440,1	261.727.716,4	91,19	221.298.774,8	91,19	40.428.941,6
DESPESAS DE CAPITAL	9.145.981,7	3.294.735,9	1.861.318,8	56,49	1.165.268,0	56,49	696.050,8
Investimentos	9.145.981,7	3.294.735,9	1.861.318,8	56,49	1.165.268,0	56,49	696.050,8
Inversões Financeiras	0,0	0,0	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0
Amortização da Dívida	0,0	0,0	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0
TOTAL DAS DESPESAS COM SAUDE	454.566.863,9	550.405.695,7	512.902.292,9	93,19	466.077.148,9	93,19	46.825.144,0

DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RP NÃO PROCESSADOS
			Até 6º Bim/2018 (h)	% (h/Vf)	Até 6º Bim/2018 (i)	% (i/Vg)	
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,0	0,0	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERSAL	0,0	0,0	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	201.993.000,0	281.196.744,3	244.421.071,7	47,65	204.377.486,6	47,65	40.043.585,1
Recursos de Transferência do Sistema Único de Saúde - SUS	175.462.000,0	175.462.000,0	142.293.713,7	27,74	117.303.445,3	27,74	24.990.268,4
Recursos de Operações de Crédito	0,0	0,0	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0
Outros Recursos	26.531.000,0	105.734.744,3	102.127.358,0	19,91	87.074.041,3	19,91	15.053.316,7
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,0	0,0	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA*	0,0	0,0	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS*	0,0	0,0	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0
DESPESAS CUSTEADAS C/REC.VINCULADOS À PARCELA DO % MÍNIMO NÃO APLICADAS EM AÇÕES E SERV. SAÚDE EM EXER. ANTERIORES*	0,0	0,0	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)	201.993.000,0	281.196.744,3	244.421.071,7	47,65	204.377.486,6	47,65	40.043.585,1
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV - V)	252.573.863,9	269.208.951,4	268.481.221,2	52,35	261.699.662,3	52,35	6.781.558,9

SIGFIS - Versão 2018		Data de Emissão: 30/01/2019 16:22h		Anexo 12 do RREO	
DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EXECUTADAS		
			LIQUIDADAS Até 6º Bim/2018 (l)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (m)	% (l+m / total (l+m))
Atenção Básica	40.751.926,7	63.172.109,0	53.980.098,1	4.047.536,3	11,31
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	122.787.893,7	123.345.322,4	83.471.872,1	19.422.285,1	20,06
Suporte Profilático e Terapêutico	8.459.000,0	18.008.622,6	11.107.026,7	5.885.261,3	3,31
Vigilância Sanitária	3.297.000,0	2.367.696,8	1.023.647,9	853.585,7	0,37
Vigilância Epidemiológica	2.318.000,0	2.130.000,0	624.487,4	262.215,6	0,17
Alimentação e Nutrição	0,0	0,0	0,0	0,0	0,00
Outras Subfunções	276.953.043,5	341.181.944,9	315.870.016,7	16.354.259,9	64,77
TOTAL	454.566.863,9	550.205.695,7	466.077.148,9	46.825.143,9	100,00

Fonte : Consolidação efetuada pela Secret.Munc.de Fazenda, conf.dados de cada Instituição.

Fonte: transparencia.niteroi.rj.gov.br

5.5 - Relatório das Receitas de Impostos e Despesas com Saúde 2019

MUNICÍPIO DE NITERÓI
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE IMPOSTOS E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
PERÍODO DE REFERÊNCIA : 6º Bimestre / 2019

ADCT, art 77 - Anexo 12

R\$ 1,00

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até 6º Bim/2019 (b)	% (b/a)
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	776.940.462,0	808.344.118,9	900.342.479,8	111,38
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	378.000.000,0	409.403.656,9	393.027.251,7	96,00
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	52.127.000,0	52.127.000,0	58.715.902,4	112,64
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	270.499.000,0	270.499.000,0	293.531.723,8	108,51
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	54.024.462,0	54.024.462,0	102.999.186,5	190,65
Imposto Territorial Rural - ITR	0,0	0,0	0,0	0,00
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	12.912.000,0	12.912.000,0	18.115.241,0	140,30
Dívida Ativa dos Impostos	5.892.000,0	5.892.000,0	24.943.856,8	423,35
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	3.486.000,0	3.486.000,0	9.009.317,6	258,44
RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS (II)	587.686.800,0	587.686.800,0	649.465.531,7	110,51
Cota-Parte FPM	88.666.800,0	88.666.800,0	70.033.968,2	78,99
Cota-Parte ITR	31.200,0	31.200,0	19.194,1	61,52
Cota-Parte IPVA	86.400.000,0	86.400.000,0	91.664.495,0	106,09
Cota-Parte ICMS	396.000.000,0	396.000.000,0	475.835.390,0	120,16
Cota-Parte IPI-Exportação	13.447.200,0	13.447.200,0	11.912.484,4	88,59
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências	0,0	0,0	0,0	0,00
CONSTITUCIONAIS	3.141.600,0	3.141.600,0	0,0	0,00
Desoneração ICMS (LC 87/96)	3.141.600,0	3.141.600,0	0,0	0,00
Outras	0,0	0,0	0,0	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	1.364.627.262,0	1.396.030.918,9	1.549.808.011,5	111,02

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até 6º Bim/2019 (d)	% (d/c)
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	164.900.000,0	164.900.000,0	79.728.297,9	48,35
Provenientes da União	163.900.000,0	163.900.000,0	75.172.290,5	45,86
Provenientes dos Estados	0,0	0,0	6.382.128,5	0,00
Provenientes de Outros Municípios	0,0	0,0	0,0	0,00
Outras Receitas do SUS	1.000.000,0	1.000.000,0	-1.826.121,1	-182,61
TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS	0,0	0,0	0,0	0,00
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	0,0	0,0	0,0	0,00
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	0,0	0,0	0,0	0,00
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	164.900.000,0	164.900.000,0	79.728.297,9	48,35

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RP NÃO PROCESSADOS (g)
			Até 6º Bim/2019 (f)	% (f/e)	Até 6º Bim/2019 (g)	% (g/e)	
DESPESAS CORRENTES	557.481.397,0	584.544.621,3	512.363.195,9	87,65	478.073.486,1	87,65	34.289.709,8
Pessoal e Encargos Sociais	367.055.346,0	333.076.165,6	287.878.090,2	86,43	280.264.375,7	86,43	7.613.714,5
Juros e Encargos da Dívida	0,0	0,0	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0
Outras Despesas Correntes	190.426.051,0	251.468.455,7	224.485.105,7	89,27	197.809.110,4	89,27	26.675.995,3
DESPESAS DE CAPITAL	9.508.924,0	12.938.396,1	3.645.809,1	28,18	1.638.458,5	28,18	2.007.350,6
Investimentos	9.508.924,0	7.904.413,3	3.591.809,1	45,44	1.585.047,7	45,44	2.006.761,4
Inversões Financeiras	0,0	4.973.982,8	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0
Amortização da Dívida	0,0	60.000,0	54.000,0	90,00	53.410,8	90,00	589,2
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE	566.990.321,0	597.483.017,4	516.009.005,0	86,36	479.711.944,6	86,36	36.297.060,4

DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RP NÃO PROCESSADOS
			Até 6º Bim/2019	%	Até 6º Bim/2019	%	
			(h)	(h/IVf)	(i)	(i/IVg)	
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,0	0,0	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERSAL	0,0	0,0	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	205.588.621,0	268.965.088,1	236.063.006,4	45,75	207.953.543,5	45,75	28.109.462,9
Recursos de Transferência do Sistema Único de Saúde - SUS	161.001.000,0	161.001.000,0	141.333.428,8	27,39	119.198.150,5	27,39	22.135.278,3
Recursos de Operações de Crédito	0,0	0,0	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0
Outros Recursos	44.587.621,0	107.964.088,1	94.729.577,6	18,36	88.755.393,0	18,36	5.974.184,6
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,0	879.187,6	974.052,1	0,19	357.596,5	0,19	616.455,6
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA¹	0,0	0,0	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS²	0,0	0,0	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0
DESPESAS CUSTEADAS C/REC.VINCULADOS À PARCELA DO % MÍNIMO NÃO APLICADAS EM AÇÕES E SERV. SAÚDE EM EXER. ANTERIORES³	0,0	0,0	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)	205.588.621,0	269.844.275,7	237.037.058,5	45,94	208.311.140,0	45,94	28.725.918,5
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV - V)	361.401.700,0	327.638.741,7	278.971.946,5	54,06	271.400.804,6	54,06	7.571.141,9

CHEFE DO PODER EXECUTIVO: RODRIGO NEVES BARRETO
RESPONSÁVEL PELA CONTABILIDADE: YASMIM DA COSTA MONTEIRO

SIGFIS - Versão 2019

Data de Emissão: 29/01/2020 16:59h

Anexo 12 do RREO

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EXECUTADAS		
			LIQUIDADAS Até 6º Bim/2019	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (m)	%
			(j)	(n)	((j+m) / total ((j+m)))
Atenção Básica	24.498.365,0	32.798.993,8	21.284.034,8	2.697.574,9	4,59
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	111.395.789,0	115.494.949,9	83.571.869,3	19.807.400,9	19,81
Suporte Profilático e Terapêutico	22.355.000,0	12.108.193,4	6.160.575,1	907.111,4	1,35
Vigilância Sanitária	1.157.400,0	2.246.183,7	2.063.459,1	169.550,4	0,43
Vigilância Epidemiológica	1.811.300,0	1.162.351,8	320.344,8	279.231,3	0,11
Alimentação e Nutrição	0,0	0,0	0,0	0,0	0,00
Outras Subfunções	405.772.467,0	434.551.532,4	371.694.930,6	13.000.957,4	73,70
TOTAL	566.990.321,0	598.362.205,0	485.095.213,7	36.861.826,3	100,00

Fonte : Consolidação efetuada pela Secret.Munc.de Fazenda, conf.dados de cada Instituição.

Fonte: transparencia.niteroi.rj.gov.br

5.6 - Relatório das Receitas de Impostos e Despesas com Saúde 2020

MUNICÍPIO DE NITERÓI
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE IMPOSTOS E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
PERÍODO DE REFERÊNCIA : 6º Bimestre / 2020

ADCT, art 77 - Anexo 12

R\$ 1,00

RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até 6º Bim/2020 (b)	% (B/A) x 100
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	984.808.807,0	984.808.807,0	884.438.281,8	89,8
Receta Resultante do Imposto Predial e Territorial - IPTU	510.624.927,0	510.624.927,0	417.475.899,4	81,8
IPTU	492.160.447,0	492.160.447,0	380.166.726,3	77,2
Multa, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do IPTU	18.464.480,0	18.464.480,0	37.310.173,1	202,1
Receta Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	53.188.400,0	53.188.400,0	58.314.571,0	109,6
ITBI	53.127.000,0	53.127.000,0	58.312.253,4	109,8
Multa, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ITBI	61.400,0	61.400,0	2.317,6	3,8
Receta Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	352.040.040,0	352.040.040,0	275.662.046,0	78,3
ISS	347.402.920,0	347.402.920,0	267.625.896,7	77,1
Multa, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ISS	4.637.120,0	4.637.120,0	8.036.149,3	190,6
Receta Resultante do Imposto sobre a e Proventos de Qualquer Natureza Retido na Fonte - IRRF	68.755.440,0	68.755.440,0	131.984.765,5	192,0
RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	816.787.248,0	808.787.248,0	722.826.419,8	112,8
Cota-Parte FPM	92.213.472,0	92.213.472,0	66.735.836,9	72,4
Cota-Parte ITR	32.448,0	32.448,0	7.482,7	23,1
Cota-Parte ICMS	411.840.000,0	435.840.000,0	552.134.041,6	126,7
Cota-Parte IPVA	93.830.400,0	93.830.400,0	87.690.453,0	93,5
Cota-Parte IP-Exportação	14.603.659,0	14.603.659,0	15.757.589,7	107,9
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	3.267.264,0	3.267.264,0	0,0	0,0
Desoneração ICMS (LC 87/1995)	3.267.264,0	3.267.264,0	0,0	0,0
Outras	0,0	0,0	0,0	0,0
Total das Receitas Resultantes de Impostos e Transferências Constitucionais e Legais (III)=(I+II)	1.801.596.055,0	1.824.986.055,0	1.608.783.668,8	88,8

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (ASPS) - POR SUBFUNÇÃO E CATEGORIA ECONÔMICA	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS		Inscritas em Rendas e Pagos não Processados (g)
			Até 6º Bim/2020 (e)	% (d/c) x 100	Até 6º Bim/2020 (f)	% (e/c) x 100	Até 6º Bim/2020 (h)	% (f/c) x 100	
ATENÇÃO BÁSICA (IV)	4.235.733,0	23.472.389,8	19.910.988,1	72,3	9.996.296,3	42,8	9.920.528,0	42,2	
Despesas Correntes	4.235.733,0	23.528.113,8	19.910.988,1	72,3	9.996.296,3	42,8	9.920.528,0	42,5	
Despesas de Capital	0,0	144.250,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (V)	1.170.000,0	20.092.335,0	19.813.025,4	98,9	19.778.131,0	99,4	18.385.351,0	91,5	
Despesas Correntes	70.000,0	19.285.435,0	19.343.025,4	100,2	19.308.131,0	100,1	17.915.351,0	92,8	
Despesas de Capital	1.100.000,0	808.900,0	470.000,0	58,2	470.000,0	58,2	470.000,0	58,2	
SUORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (VI)	4.600.000,0	3.990.383,9	3.990.171,2	100,0	2.808.842,0	70,6	2.504.842,0	73,9	
Despesas Correntes	4.600.000,0	3.990.383,9	3.990.171,2	100,0	2.808.842,0	70,6	2.504.842,0	73,9	
Despesas de Capital	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (VII)	550.000,0	148.816,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	
Despesas Correntes	550.000,0	148.816,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	
Despesas de Capital	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (VIII)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	
Despesas Correntes	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	
Despesas de Capital	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (IX)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	

CHEFE DO PODER EXECUTIVO: AXEL SCHMIDT GRAEL
RESPONSÁVEL PELA CONTABILIDADE: YASMIM DA COSTA MONTEIRO

SIGFIS - Versão 2020

Data de Emissão: 29/01/2021 12:08h

Anexo 12 do RREO

ADCT, art 77 - Anexo 12

R\$ 1,00

Despesas Correntes	107.592.147,8	152.248.997,2	139.893.752,3	92,0	136.561.318,1	89,7	123.633.502,0	81,2	3.442.434,2
Despesas de Capital	5.975.000,0	4.314.872,2	1.474.872,2	34,2	1.223.322,2	28,4	1.223.322,2	28,4	291.550,0
TOTAL (XXXX)+(XXXI)+(XXXII)+(XXXIII)+(XXXIV)+(XXXV)+(XXXVI)+(XXXVII)	113.567.147,8	156.563.869,4	141.368.624,5	90,4	137.784.640,3	87,5	124.856.824,2	86,2	3.733.984,2

DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO

DESPESAS TOTAIS COM SAÚDE EXECUTADAS COM RECURSOS PRÓPRIOS E COM RECURSOS TRANSFERIDOS DE OUTROS ENTES	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS		Inscritas em Rendas e Pagos não Processados (g)
			Até 6º Bim/2020 (e)	% (d/c) x 100	Até 6º Bim/2020 (f)	% (e/c) x 100	Até 6º Bim/2020 (h)	% (f/c) x 100	
ATENÇÃO BÁSICA (XII)+(XIII)+(XIV)	28.578.025,5	52.187.859,0	37.044.893,4	142,2	26.484.821,1	100,0	26.025.329,3	98,4	10.580.072,3
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XV)+(XVI)+(XVII)	130.843.998,7	317.552.783,2	294.047.101,1	190,8	274.420.098,7	184,0	265.583.949,9	174,6	19.815.004,4
SUORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XVIII)+(XIX)+(XX)	10.217.898,3	8.820.150,9	8.828.958,3	200,0	5.778.177,1	169,1	5.678.177,1	166,1	1.093.781,2
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XXI)+(XXII)+(XXIII)	2.508.401,0	1.115.985,1	987.389,1	100,0	775.588,7	80,2	775.588,7	80,2	191.782,4
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XXIV)+(XXV)+(XXVI)	1.492.135,7	452.158,8	403.808,8	89,3	308.801,8	68,3	308.801,8	68,3	95.007,0
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XXVII)+(XXVIII)+(XXIX)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XXX)+(XXXI)+(XXXII)	488.151.119,8	420.492.748,8	389.030.232,2	181,1	384.010.892,8	178,2	382.862.514,8	186,9	5.019.539,8
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (XLIII)+(XLIV)+(XLV)+(XLVI)+(XLVII)	541.282.418,8	897.810.465,9	728.322.962,9	80,4	691.767.178,0	77,9	681.032.056,6	75,4	28.585.196,9
(-) Despesas executadas com recurso provenientes das transferências de recursos de outros entes	165.800.203,8	242.130.880,0	208.013.608,2	85,1	161.352.140,8	74,0	178.095.075,1	73,6	0,0
TOTAL DAS DESPESAS EXECUTADAS COM RECURSOS PRÓPRIOS (XLVIII)	485.482.215,0	655.679.585,9	520.309.354,7	81,3	530.415.037,2	79,9	502.936.981,5	80,9	28.585.196,9

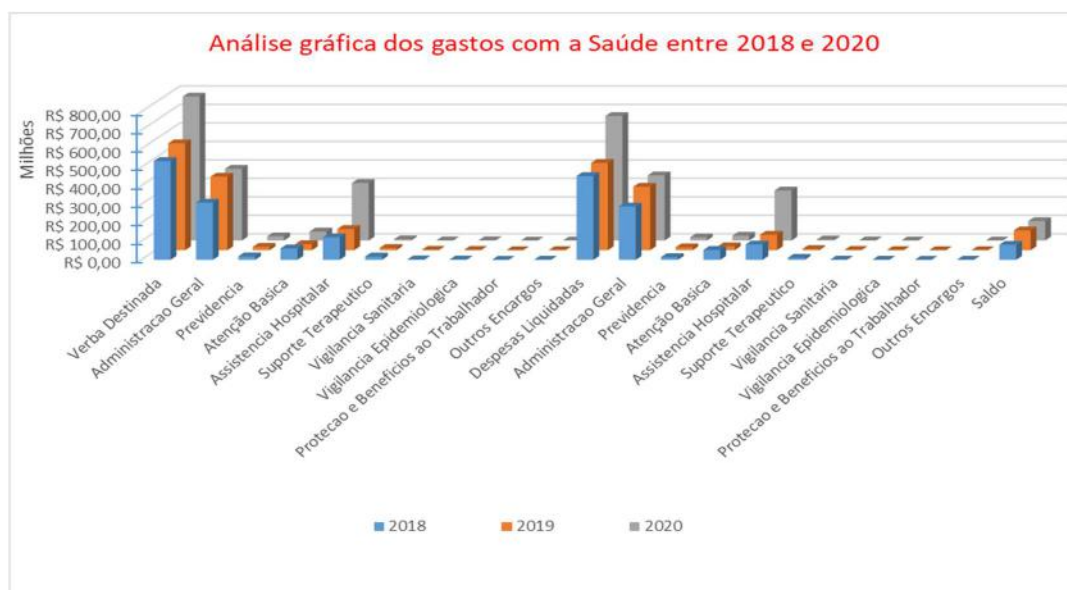
Fonte: transparencia.niteroi.rj.gov.br

Tabela 1: Resumo dos dados obtidos nos relatórios

Ano	2018	2019	2020
Verba Destinada	R\$ 534.509.074,00	R\$ 578.509.072,00	R\$ 778.927.557,00
Administração Geral	R\$ 309.109.974,00	R\$ 397.821.904,00	R\$ 388.096.446,00
Previdência	R\$ 18.803.804,00	R\$ 18.244.174,00	R\$ 22.915.000,00
Atenção Básica	R\$ 61.810.253,00	R\$ 32.527.937,00	R\$ 48.779.773,00
Assistência Hospitalar	R\$ 121.748.479,00	R\$ 114.321.507,00	R\$ 311.057.858,00
Suporte Terapêutico	R\$ 18.008.622,00	R\$ 12.029.487,00	R\$ 6.829.151,00
Vigilância Sanitária	R\$ 2.100.540,00	R\$ 2.152.450,00	R\$ 1.115.985,00
Vigilância Epidemiológica	R\$ 2.030.000,00	R\$ 1.811.300,00	R\$ 1.452.135,00
Proteção e Benefícios ao Trabalhador	R\$ 86.003,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Outros Encargos	R\$ 811.399,00	R\$ 270.000,00	R\$ 572.001,00
Total	R\$ 534.509.074,00	R\$ 579.178.759,00	R\$ 780.818.349,00
Despesas Liquidadas	R\$ 453.030.887,00	R\$ 471.826.671,00	R\$ 673.696.154,00
Administração Geral	R\$ 288.558.543,00	R\$ 342.978.366,00	R\$ 352.608.000,00
Previdência	R\$ 14.614.856,00	R\$ 15.538.725,00	R\$ 16.946.096,00
Atenção Básica	R\$ 53.546.566,00	R\$ 21.167.679,00	R\$ 26.428.580,00
Assistência Hospitalar	R\$ 83.292.215,00	R\$ 83.571.869,00	R\$ 270.753.060,00
Suporte Terapêutico	R\$ 11.107.026,00	R\$ 6.160.575,00	R\$ 5.778.177,00
Vigilância Sanitária	R\$ 1.023.647,00	R\$ 1.969.725,00	R\$ 775.586,00
Vigilância Epidemiológica	R\$ 562.180,00	R\$ 320.344,00	R\$ 403.808,00
Proteção e Benefícios ao Trabalhador	R\$ 80.003,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Outros Encargos	R\$ 320.989,00	R\$ 119.384,00	R\$ 253.167,00
Saldo	R\$ 81.478.187,00	R\$ 106.682.401,00	R\$ 105.231.403,00

Fonte: tabela de Excel própria.

Figura 4:



Fonte: tabela de Excel própria.

6 – Análise 2: Gastos com a saúde

Conforme descrito nos relatórios e apresentado de forma resumidamente na Tabela 1 contida na página 57, é possível verificar o aumento exponencial com os gastos nos hospitais, no ano de 2020, isso se deve ao fato de que no mesmo ano os especialistas chamaram de “pico” da pandemia. Houve a necessidade de se criar diversos hospitais de campanha, uma vez que, a capacidade de atender a população não estava mais se adequando ao sistema de saúde. Medicamentos, oxigênio, macas e outros insumos foram necessários para tentar “frear” o avanço do vírus e atender a população que chegava em massa aos hospitais.

Outro gasto que teve aumento foi o gasto com a administração geral, provavelmente devido a criação de secretarias e centros que ficaram responsáveis por monitorar e identificar novas variantes que pudessem surgir ao longo do período pandêmico. Outros benefícios também foram aplicados e surgiram como forma de tentar amenizar os impactos que foram causados durante o período. Esses gastos foram discriminados como outros encargos onde também é possível identificar que houve quase o dobro de aumento.

Outros dados também podem ser analisados de forma a adquirir informações complementares ou de caráter informativo para evidenciar que de fato a pandemia fez com que o governo necessitasse de mais recursos a fim de cumprir com as obrigações. O valor de Previdência por exemplo, também aumentou no decorrer dos anos, assim como investimentos em tecnologia, educação e vias de informações públicas.

7 – CONCLUSÃO

A escassez de recursos para a saúde bloqueia a possibilidade de uma ampla distribuição de bens e serviços públicos e, portanto, passa a exigir uma série de decisões concretas que consistem, principalmente, em selecionar quais serão os beneficiários do sistema público de saúde, aprimoramento do sistema de medicina, capacitação dos médicos e outros colaboradores da área e quais os possíveis serviços serão oferecidos a população. Em um país como o Brasil, onde há uma grande prospecção da pobreza, existem uma demanda de total necessidade por saúde e a impossibilidade de maior parcela dos cidadãos em obter serviços fora do sistema público de saúde, todas essas decisões são de extrema responsabilidade. Por este fato, as consequências de uma elaborada distribuição dos recursos de forma corretas são de suma importância para garantir o bem-estar dos cidadãos caso contrário, a forma indiscriminada é, definitivamente, mais grave neste caso do que em situações em que os acessos aos serviços de saúde não tenham que depender unicamente do Estado.

Em discussão sobre recursos da saúde, dois pontos são frequentemente apontados nas discussões no que diz respeito a alocação de recurso, baseados nos princípios de equidade e igualdade. A igualdade simplifica que as pessoas têm direito a partes iguais serviços públicos ou de bens, mesmo que suas características particulares não atendam as premissas. O acesso aos serviços públicos de saúde está de acordo com as necessidades dos cidadãos e não depende dos seus recursos para a adquirir serviços em outra estatal. Por sua vez a equidade, admite a diferença entre as pessoas e levanta uma proposta de que haja uma distribuição de bens e serviços e que está por sua vez, seja feita de forma a reduzir as desigualdades sociais.

Como pode-se observar no decorrer do projeto, conforme a pandemia foi avançando os recursos com saúde foram aumentando significativamente. Diversos programas foram criados para tentar amenizar os impactos na população, principalmente a parte mais carente da sociedade. Os auxílios e cestas básicas contribuíram de forma a alimentar as pessoas de baixa renda que entram do sistema de bolsa distribuído pelo governo.

Muitos locais, também sofreram modificações, quanto a bloqueios de fronteiras para evitar a propagação do vírus. E construção de hospitais de campanhas em locais abrangentes para atender a grande parte das pessoas que foram se contagiando com o vírus muito rapidamente.

Hoje já com a produção da vacina já estamos com uma esperança de findar esse processo, e que tudo um dia volte ao normal. No entanto, ainda há um longo caminho a percorrer, visto que muitas pessoas ainda não se mobilizam ou se conscientizam da situação pandêmica que o país está vivenciando. As vidas agitadas e muita das vezes o trabalho inevitável considerado essencial, faz com que muitos se conformem com o processo e abram mão da segurança e do distanciamento social.

Mas nem tudo está perdido, se por um lado muitos não se preocupam com a segurança, outros, continuam em uma busca incessante pela saúde e bem-estar comum. E o governo pelo visto, que este, continua investindo em medidas a fim de conter o vírus e tentar diluir a burocracia dos processos de vacinação. Tanto os investimentos na área da saúde, quanto os investimentos na área de tecnologia, foram e são fundamentais para que esse quadro se estabilize o quanto antes.

As pessoas hoje, estão se reinventando, buscando meios de modificar seus contextos atuais, muitos perderam os empregos, muitos morreram, muitos entraram em depressão e muitos perderam a fé. Porém, muitos se empenharam para mudar esse quadro, muitos se agarram a fé, muitos doaram, muitos se curaram e tudo isso na esperança de uma vida melhor, no que se diz hoje popularmente como: Novo normal.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIAR, A. B. de, & SOUZA, S. M. de. Processo orçamentário e criação de reservas. Revista Contemporânea De Contabilidade, 2010.

ANDERSEN, Arthur. Remuneração estratégica: uma vantagem competitiva. São Paulo: Atlas, 1999.

AMORIM, S. N. D. Ética na esfera pública: a busca de novas relações Estado/sociedade. Revista do Serviço Público, 51, 2000.

ARAÚJO, Irinaldo; ARRUDA, Daniel. Contabilidade pública: da teoria à prática. São Paulo: Saraiva, 2004.

ARRETCHE, M. Estado Federativo e Políticas Sociais. Rio de Janeiro, Avaliação de políticas sociais, São Paulo, ed. Cortes, 2001.

ATTIE, W. Auditoria. Conceitos e Aplicações. 6. Ed. São Paulo: Atlas, 2011.

AVILA, Humberto. Neoconstitucionalismo: entre a ciência do direito e o direito da ciência. In: **BINENBOJM, Gustavo; SARMENTO, Daniel & SOUZA NETO, Cláudio Pereira (coords.). Vinte anos da Constituição Federal de 1988.** Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2009.

BEUREN, I. M. Como Elaborar Trabalhos Monográficos em Contabilidade - Teoria e prática. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

CARVALHO, M. M.; PALADINI, E. P. Gestão da qualidade: teoria e casos. Rio de Janeiro: Campus, 2005.

CASAGRANDE; L. F. Proposta e implantação de sistema de indicadores de desempenho integrado do planejamento estratégico ao planejamento orçamentário: uma abordagem com foco no resultado operacional financeiro. 2011. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/34772?locale=pt_BR> Acesso em: 21 outubro. 2020.

CASTRO, D. P.; GARCIA, L. M. Contabilidade Pública no Governo Federal. São Paulo: Atlas, 2004.

CAVALCANTE, Meire. **Inclusão: A sociedade em busca de mais tolerância**. Nova Escola, São Paulo, n. 196, 2006.

Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2012.

CHRISTOPHER, Hood. **Uma gestão pública para todas as estações? ”**, Administração Pública, 1993.

DALFOVO, M. S.; **LANA**, R. A.; **SILVEIRA**, A. **Métodos quantitativos e qualitativos: um resgate teórico**, 2008.

FIGUEIREDO, M. F., & **FIGUEIREDO**, A. C. **Avaliação política e avaliações de políticas: um quadro de referência teórica**. Análise e Conjuntura – 1986.

GRONROOS, C. **Marketing, gerenciamento e serviços: a competição por serviços na hora da verdade**. Rio de Janeiro: Campus, 2003.

Hill, Michael, **O Processo Político no Estado Moderno**, Londres, Prentice Hall - 3.ª edição, 1993.

HOLANDA FERREIRA, A. B. **Contabilidade**. In: Miniaurélio Eletrônico Versão 5.12. [S.]: Editora Positivo, 2004.

KOHAMA, Heilio. **Contabilidade Pública**. 10. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2008.

KOHAMA, Heilio. **Contabilidade pública: teoria e prática**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

Lei nº 3481 de 02 de Abril de 2020. Prefeitura Municipal de Niterói: Atos do Prefeito.

Lei Complementar, no. 101, de 04 de maio de 2000. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 05 de maio de 2000.

Lei de Responsabilidade Fiscal Comentada: lei complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 - 5 ed. - São Paulo: Atlas, 2006.

LIMA, D. V.; **CASTRO**, R. G. **Contabilidade Pública**: Integrando União, Estados e Municípios. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

LIMA, Paulo Daniel Barreto. **Excelência em Gestão Pública**. Recife: Fórum Nacional de Qualidade, 2007.

LOVELOCK, C. & **WRIGHT**, L.. **Serviços: marketing e gestão**. São Paulo: Saraiva, 2003.

MARCONI, M. A.; **LAKATOS**, E. M. **Técnicas de Pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2009.

MARION, José Carlos. **Contabilidade empresarial**. 11. Ed São Paulo: Atlas, 2002.

MARTINS, M. F. **Uma “catarsis” no conceito de cidadania: do cidadão cliente à cidadania como valor ético-político**. Campinas-SP, PUC-Campinas, Revista de ética, v.2, n.2, 2000.

MATARAZZO, D. C. **Análise Financeira de Balanços**. 6 ed. São Paulo: Atlas S.A, 2003.

MATIAS, Pereira, J. **A governança corporativa aplicada no setor público brasileiro**. Administração Pública e Gestão Social, 2010.

MATOS, J Pinto-Gouveia... - **Behavioural and cognitive ...**, 2013.

MEDEIROS, J. W. M. **A iniciação científica na educação a distância: a construção do conhecimento em rede**. João Pessoa, 2012.

MENDES, R. C.; **OLEIRO**, W. N.; **QUINTANA**, A. C. **A contribuição da contabilidade e auditoria governamental para uma melhor transparência na gestão pública em busca do combate contra a corrupção no Brasil**. 2008. Disponível em: <<http://www.seer.furg.br/sinergia/article/view/1478>> Acesso em: 21 de janeiro 2021.

MORAES, Alexandre de. **Direito constitucional**. 15. Ed. São Paulo: Atlas, 2004.

MUSGRAVE, R.A., e **MUSGRAVE**, P. **“Finanças Públicas Teoria e Prática”**, EDUSP, São Paulo, 1980.

NETO, Moura, **Estrutura e análise de balanços fácil**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2001.

Oleiro, W. N., & Quintana, A. C. A contribuição da contabilidade e auditoria governamental para uma melhor transparência na gestão pública em busca do combate contra a corrupção no Brasil - Revista Do Instituto De Ciências Econômicas, Administrativas E Contábeis, 2011.

PADOVEZE, Clóvis Luís. Contabilidade Gerencial: um enfoque em sistema de informação contábil. 4. Ed. São Paulo: Atlas, 2004.

REIS, Heraldo da Costa. Contabilidade e gestão governamental: estudos especiais. Rio de Janeiro: IBAM, 2004.

REZENDE, F. Finanças Públicas. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2001.

ROCHA, C. A. Auditoria de Gestão: Uma forma eficaz de promoção da accountability. 2007. Disponível em: www.betatreinamento.com.br/visita Acesso em: 11 de novembro 2020.

SANTOS, J. H. V. Considerações Acerca Dos Métodos Dedutivo e Indutivo. Revista Capital Científico, v.16, n-2, 2008.

SILVA, Antônio C. Ribeiro da. Metodologia da pesquisa aplicada à contabilidade: orientação de estudos, projetos, relatórios, monografia, dissertações, teses. São Paulo: Atlas, 2003.

SILVA, A. S.; LEAL, R. B.; FERREIRA, A. C. S. Avaliação de Desempenho sob as perspectivas financeira e não financeira: a Gestão Estratégica de uma organização militar prestadora de serviços da Marinha. Revista de Contabilidade e Controladoria, v. 3, n. 2, 2018.

SINGER, P. Curso de introdução à economia política. Ed. Forense Universitária, 2011.

SOARES, M.; LYRA, R. L. W. C.; HEIN, N.; KROENKE, A. O emprego da análise de balanços e métodos estatísticos na área pública: o ranking de gestão dos municípios catarinenses. Revista de Administração Pública – RAP. Rio de Janeiro, 2011.

OUTRAS REFERENCIAS:

omsbr.com.br/ Acesso em: 15/05/2021

transparencia.niteroi.rj.gov.br/ Acesso em: 29/01/2020

www.niteroi.rj.gov.br/ Acesso em: 01/01/2020

www.paho.org/pt/covid19/ Acesso em: 15/03/2021

www.dicionariofinanceiro.com/ Acesso em: 15/02/2021

www.arcgis.com/ Acesso em: 20/01/2021

www.ipea.gov.br/ Acesso em: 20/04/2021

www.coronass.org.br/coronavirus/ Acesso em: 15/03/2021

sigeo.niteroi.rj.gov.br/ Acesso em: 20/01/2021

www.stn.fazenda.gov.br/ Acesso em: 02/08/2020